

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES
DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA



RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017



Sumário

Mensagem do Presidente	3
1 Perfil da Empresa	5
2 Posição Acionária	9
3 Desempenho Econômico-Financeiro.....	9
4 Desempenho dos Negócios.....	13
5 Análise do Ambiente Econômico Geral e Setorial	20
6 Expansão da Área de Atuação.....	23
7 Gestão e Governança Corporativa.....	24
8 Funções Corporativas.....	29
9 Prêmios e Reconhecimentos.....	34
10 Perspectivas e Planos para o Exercício em Curso e os Futuros.....	35
11 Auditores Independentes	36
12 Análise das demonstrações financeiras.....	36
13 Agradecimentos	38

A Diretoria Executiva da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhado dos pareceres dos Auditores Internos, Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, das notas explicativas, assim como de resumo das principais atividades da Empresa ao longo do ano.

Mensagem do Presidente

Conforme descrito na Constituição de 1988, a redução das desigualdades regionais é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, princípio que vem sendo adotado como eixo central da estratégia de desenvolvimento do País.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é expressão da prioridade efetiva do tema e vem sendo implementada para que se possa obter resultados efetivos na questão regional. Esse importante instrumento tem o Ministério da Integração Nacional como o seu principal viabilizador, tendo o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras.

A Codevasf desenvolve, por meio de execução direta ou mediante parcerias firmadas com diferentes entes federativos, iniciativas materializadas na forma de obras e ações voltadas ao desenvolvimento regional na implantação de perímetros de irrigação, na revitalização de bacias hidrográficas, na oferta de água para consumo humano e animal; nos arranjos produtivos e nas obras de infraestrutura hídrica.

O Programa “Água para Todos”, executado pela Codevasf desde 2012, reúne medidas preventivas e corretivas que visam promover a universalização do acesso à água em áreas rurais, tanto para consumo humano como para produção agrícola, beneficiando, principalmente, as famílias inscritas no Cadastro Único do Programa Bolsa Família.

Ao longo desses seis anos foram beneficiadas mais de 230 mil famílias. Em 2017, foram entregues diversas tecnologias sociais (cisternas, barreiros, poços, etc.), beneficiando 3.390 famílias da região Nordeste e 39 em Minas Gerais.

No tocante ao Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas, que constitui importante instrumento de melhoria da qualidade de vida das populações e de preservação ambiental, suas ações objetivam, principalmente, expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas e de contenção de processos erosivos.

No exercício de 2017, foram concluídas 6 (seis) obras de esgotamento sanitário, 3.705 ligações intradomiciliares, 4 (quatro) intervenções de recuperação e controle de processos erosivos, e 1 (um) sistema de abastecimento de água. Essas obras concluídas beneficiaram cerca de 285 mil pessoas.

Em novembro de 2017, foi lançado o Programa “Agora, é Avançar” que tem como objetivo dar continuidade ou retomar as obras paralisadas, com previsão de entrega para 2018. A Codevasf participa com 38 (trinta e oito) empreendimentos, dentre os quais: 26 (vinte e seis) são projetos do programa de revitalização, 1(um) de implantação de projeto público de irrigação e 11 (onze) de oferta de água, incluindo reabilitação de barragens.

No que se refere ao tema “Agricultura Irrigada”, foi dada continuidade às ações de administração, manutenção, operação, revitalização e modernização dos projetos públicos de irrigação. As ações de revitalização e modernização vem sendo prejudicadas em função dos cortes e da descontinuidade na liberação dos recursos orçamentários/financeiros ocorrido nos últimos anos. Em relação a implantação de novas infraestruturas públicas de irrigação, não houve entrega no exercício devido à falta de recursos que comprometeu a execução dos projetos.

A Codevasf mantém 7 (sete) centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura que produziram juntos 8,1 milhões de alevinos e realizaram 27 (vinte e sete) ações de peixamento.

Na temática de “Infraestrutura Hídrica” e em especial para com a operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, na forma do Decreto nº 8.207/2014, a Codevasf adotou uma série de medidas para estruturar-se a fim de desempenhar adequadamente as suas atribuições enquanto Operadora Federal do PISF.

Dentre as atividades desenvolvidas no exercício de 2017, destacam-se a aprovação pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração de adequação da estrutura da Codevasf para suportar os processos iniciais da Operadora, a preparação de termos de referência para contratações de apoio especializado de operação e manutenção das infraestruturas, consultoria para assessoramento e aquisição de energia elétrica, assim como discussões em oficinas de trabalho dos temas relativos ao modelo de gestão do PISF, envolvendo atores federais e estaduais interessados.

A Codevasf, além de estar se estruturando para atuar como Operadora Federal do PISF, está implementando mudanças em sua estrutura de governança corporativa a fim de atender a Lei nº 13.303/2016, denominada “Lei das Estatais”, dentre outros normativos legais. Em 2017, em atendimento à legislação aplicável, foram concluídos diversos instrumentos, dentre os principais a elaboração do Plano Anual de Negócios para o exercício de 2018 (PAN), a constituição de Comissão Interna transitória e não estatutária para exercer temporariamente as competências do Comitê de Elegibilidade e a elaboração do Código de Conduta e Integridade da Codevasf.

O portfólio de desafios que se interpõem à liderança executiva da Empresa constitui oportunidade sem igual para transpor barreiras culturais e desenhar uma nova Codevasf, capaz de ouvir e responder ao clamor das classes menos favorecidas situadas em sua área de atuação.

Antônio Avelino Rocha de Neiva

Presidente

1 Perfil da Empresa



A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, vem transformando a realidade das regiões onde atua, com foco na melhoria das condições sociais, econômicas e ambientais buscando convergir às diretrizes estratégicas estabelecidas pelo órgão supervisor.

A Empresa se firmou, principalmente, por sua capacidade em impulsionar a agricultura irrigada no Vale do São Francisco e, assim, contribuir para o desenvolvimento econômico da região, destacando, inicialmente, a agricultura como principal linha de negócio.

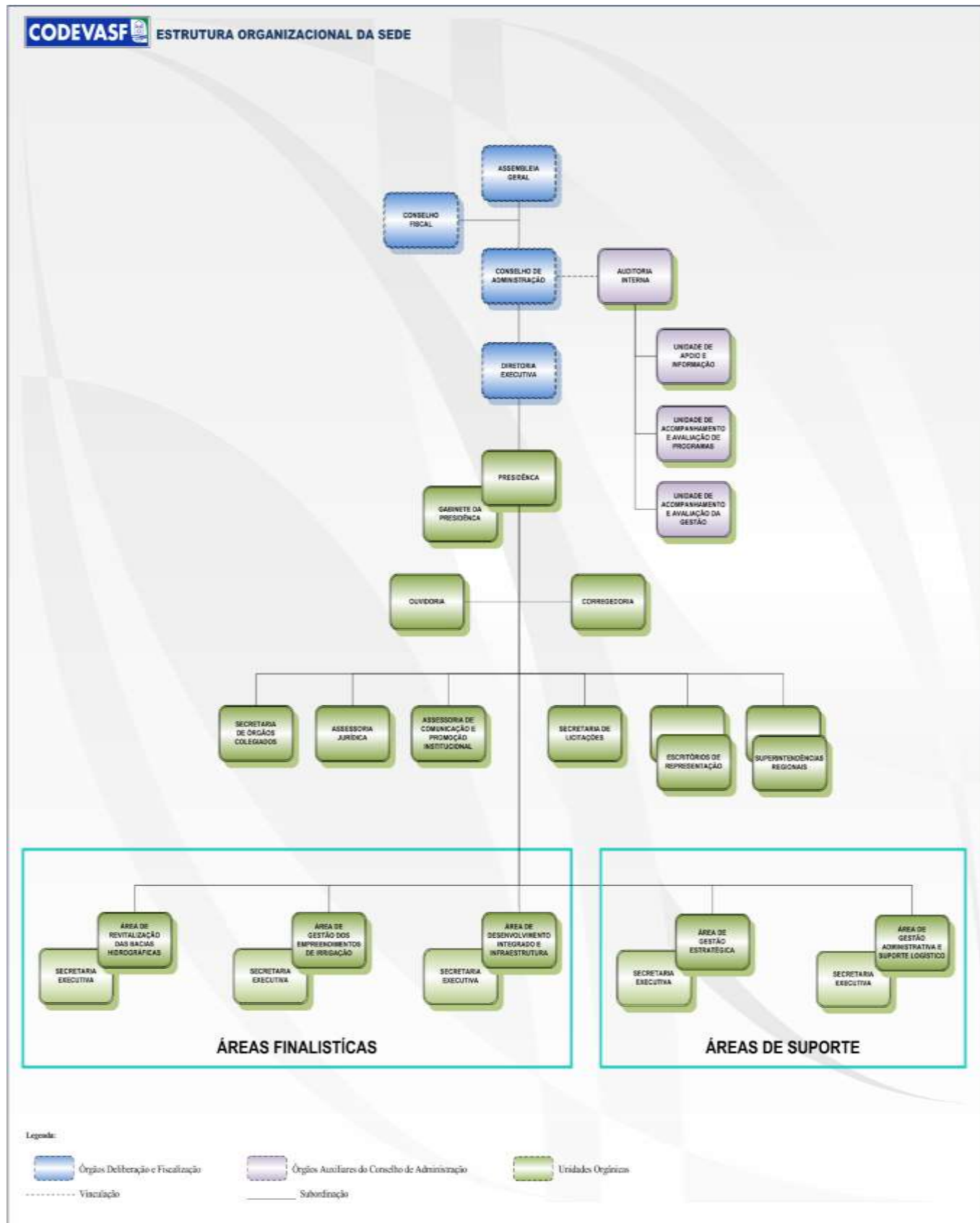
Nas últimas décadas, em reconhecimento ao relevante trabalho realizado pela Codevasf na condição de agente público de promoção de crescimento econômico e social e na difusão de novas tecnologias no segmento da agricultura irrigada e de oferta de água, a sociedade e o corpo político passaram a demandar a sua presença em outros segmentos e regiões aumentando suas linhas de negócios.

Na sua região de abrangência, a Codevasf desenvolve expressivo número de obras e ações relacionadas à implantação de perímetros de irrigação, à revitalização das bacias hidrográficas – com obras de esgotamento sanitário, controle de processos erosivos, resíduos sólidos, oferta de água para consumo humano e animal, melhoria da navegabilidade, bem como ações de apoio às atividades produtivas locais. Cabe destacar, a importância das diversas parcerias firmadas pela Codevasf com diversos segmentos da sociedade e do setor público, sem as quais não teria alcançado êxito nos seus objetivos

Um desafio, que destaca a Codevasf como promotora de ações de desenvolvimento, foi a designação da Empresa como Operadora Federal do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional (PISF). O Projeto é destinado a garantir segurança hídrica a cerca de 12 milhões de habitantes, de 390 municípios do agreste e do sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

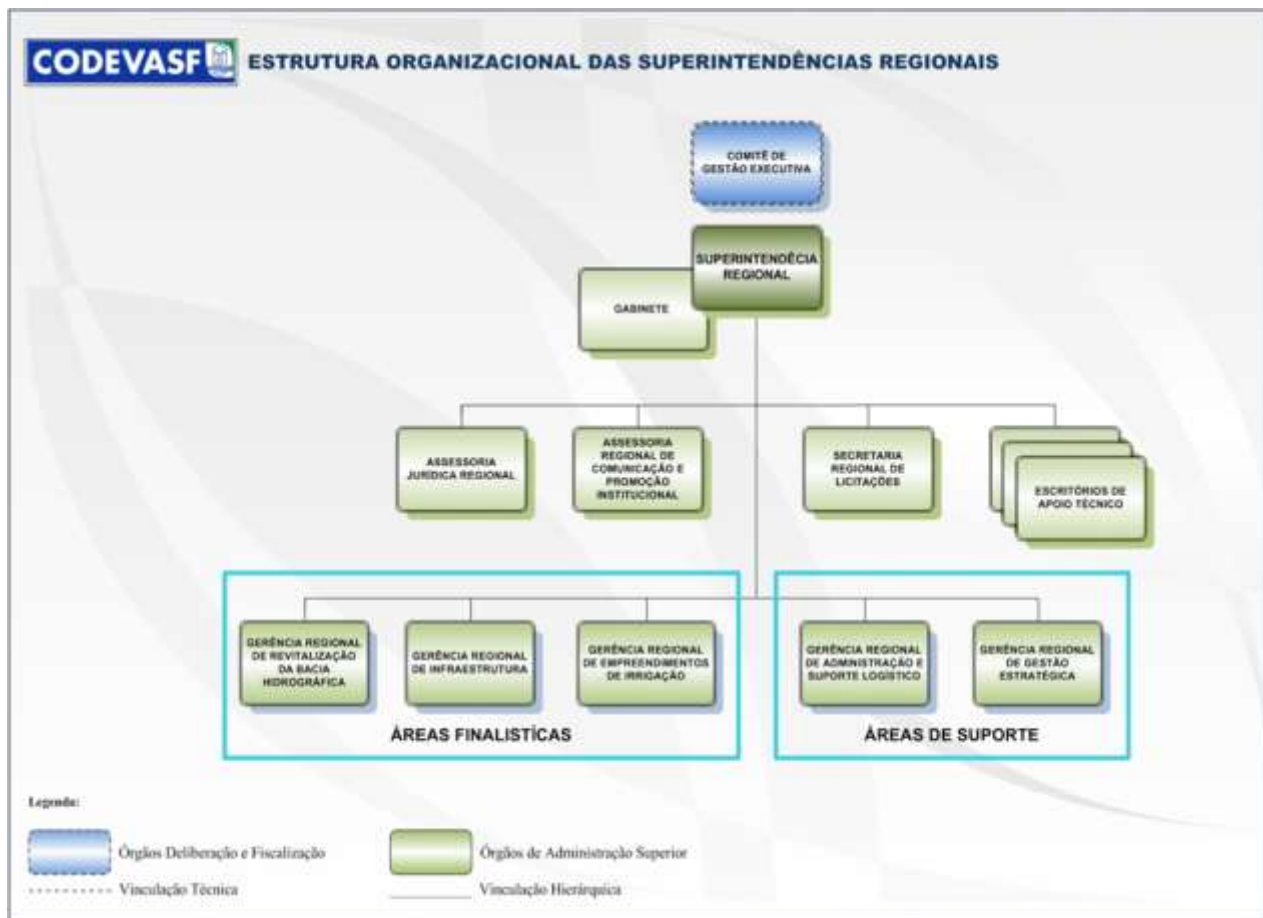
As figuras abaixo apresentam as estruturas orgânicas representativas da Sede da Empresa e de suas Superintendências Regionais modeladas para viabilizar a execução dos diferentes processos de trabalho idealizados para o cumprimento de sua missão, segundo diferentes linhas de negócio estabelecidas:

Figura I - Estrutura Organizacional da Sede



Fonte: Área de Gestão Estratégica/Unidade de Gestão de Processos – AE/GPE/UGP

Figura II - Estrutura Organizacional das Superintendências Regionais



Fonte: Área de Gestão Estratégica/Unidade de Gestão de Processos –AE/GPE/UGP

1.1 Negócios da Empresa

A Codevasf, orientada pelos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico da Companhia, pelos regulamentos por ela instituídos e em consonância com o Plano Plurianual 2016/2019 e, atua em diversos segmentos utilizando-se de instrumentos apropriados que conduzem ao desenvolvimento socioeconômico das regiões mais pobres do País, em especial a semiárida. Essa atuação acontece por meio de ações que contribuem para o desenvolvimento da agricultura irrigada, para a revitalização das bacias hidrográficas e a mitigação dos efeitos da estiagem com a oferta de água para consumo humano e animal, proporcionando melhores condições de vida da população com a redução das desigualdades inter-regional e intrarregionais.

Quadro 1 - Principais linhas de negócio da Codevasf

Setor	Segmentos/intervenções
Revitalização de Bacias Hidrográficas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Esgotamento sanitário ▪ Ligações intradomiciliares ▪ Sistemas de abastecimento de água ▪ Processos erosivos ▪ Hidrovia do São Francisco
Oferta de Água	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Barragens/Barreiros ▪ Adutoras ▪ Poços ▪ Cisternas ▪ Sistemas de abastecimento de água

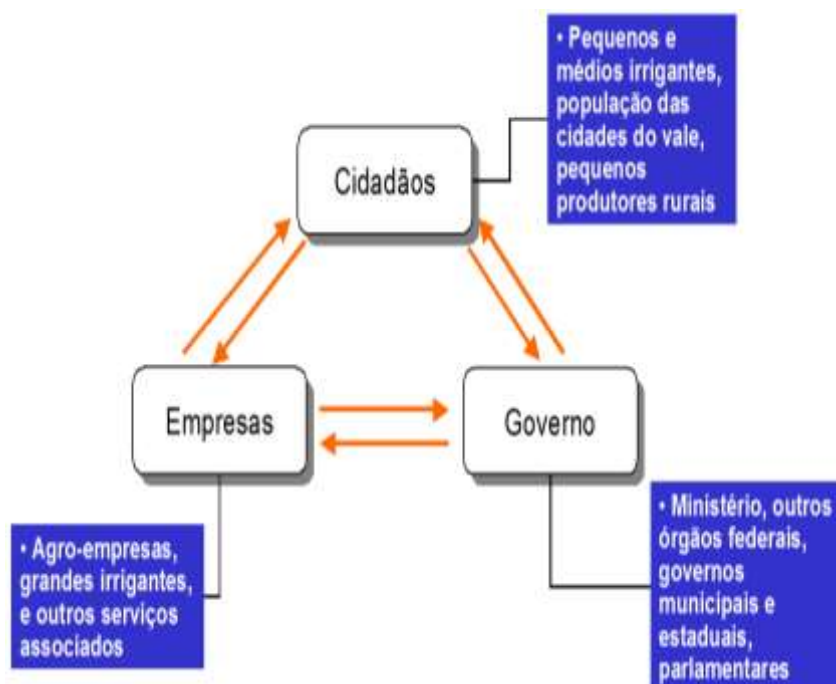
Setor	Segmentos/intervenções
Agricultura Irrigada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão, administração e operação de projetos públicos de irrigação ▪ Implantação de infraestrutura de uso comum para irrigação
Inclusão Produtiva e Arranjos Produtivos Locais -APLs	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aquicultura, apicultura, fruticultura, ovinocaprinocultura, agricultura familiar, etc. ▪ Capacitação de jovens ▪ Obras de infraestrutura para escoamento de produção ▪ Fornecimento de equipamentos e implementos agrícolas ▪ Projetos e obras em infraestruturas urbana e rural ▪ Operação dos Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura
Projeto de Integração do São Francisco –PISF	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação do sistema de gestão do PISF ▪ Operação e manutenção do PISF

1.2 Os Beneficiários da Atuação da Empresa

São beneficiadas pela atuação da Codevasf, direta ou indiretamente, as populações dos municípios que integram as bacias dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu e Pericumã, bem como dos Municípios do Estado de Alagoas que não se encontram na bacia do rio São Francisco, destacando-se os pequenos irrigantes e produtores rurais, agricultores familiares, pescadores e aquicultores, como seus beneficiários diretos.

As empresas de agronegócio, logística, comercialização de produtos e de insumos para a agricultura também se beneficiam diretamente dos serviços atualmente prestados pela Codevasf.

É importante ressaltar que as instituições de pesquisa, as universidades e as organizações do terceiro setor são parceiras da Codevasf na promoção do desenvolvimento. Estes agentes, assim como os demais agentes públicos e privados que atuam nas regiões demandam ações de articulação que podem viabilizar as transformações socioeconômicas pretendidas.



Da mesma forma, por conta da atuação direta da Codevasf na execução de emendas parlamentares, e também pela articulação política e institucional com outros agentes públicos e privados atuantes nas regiões, os governos em todas as instâncias (municipal, estadual e federal) são beneficiários diretos da empresa, uma vez que na prática ela atua como braço executivo local do Governo Federal.

2 Posição Acionária

2.1 Composição acionária do capital social como investida

CODEVASF COMO INVESTIDA – POSIÇÃO EM 31/12/2017			
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf			
Ações Ordinárias (%)		Posição em	
ACIONISTAS		31/12/2017	31/12/2016
Governo	Tesouro Nacional	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-
	% Governo	100%	100%

2.2 Composição acionária da Codevasf como investidora em outras sociedades

CODEVASF COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2017			
Denominação Investidora (UPC)	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf		
Ações Ordinárias (% de participação)		Posição em	
Empresa Investida		31/12/2017	31/12/2016
Celpe – Cia. Energética de Pernambuco		0,314767	0,314767
COHIDRO - Cia. de Desenv. Rec. Hídricos e de Irrigação de Sergipe		0,045022	0,045022
Ações Preferenciais (% de participação)		Posição em	
Empresa Investida		31/12/2017	31/12/2016
Agrovale – Ind. do Vale do São Francisco S/A		1,320400	1,320400
Casal – Cia. de Saneamento de Alagoas		0,004700	0,004700
Celpe – Cia Energética de Pernambuco		0,274053	0,274053
COHIDRO - Cia. de Desenv. Rec. Hídricos e de Irrigação de Sergipe		0,022393	0,022393
DESO - Cia. de Saneamento de Sergipe		0,001075	0,001075
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A		0,010000	0,010000
Compesa - Companhia Pernambucana de Saneamento S/A		0,861500	0,861500

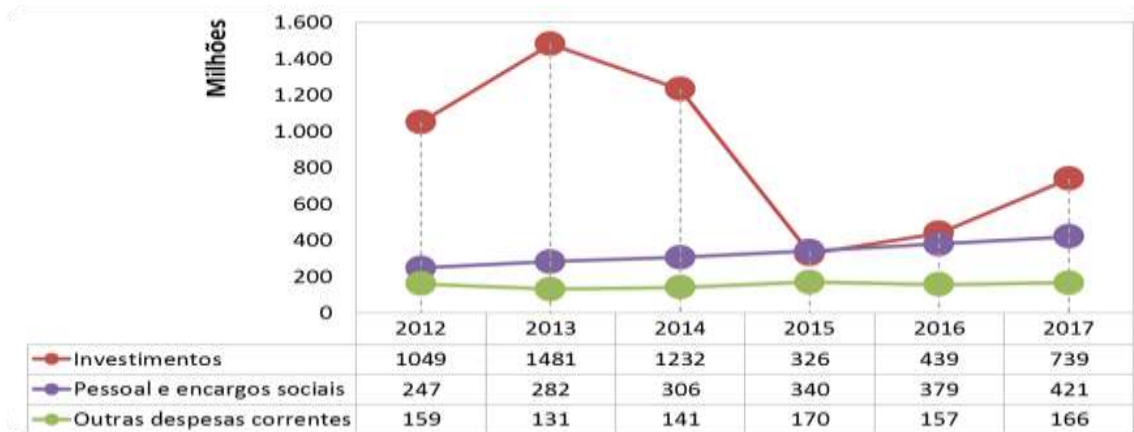
Fonte: Gerência de Finanças – AA/GFN

3 Desempenho Econômico-Financeiro

3.1 Análise da Execução Orçamentária

No exercício de 2017, a Codevasf executou créditos na ordem de R\$ 1,326 bilhão, o que representa um acréscimo de 36% em relação ao ano de 2016. O gráfico abaixo apresenta a evolução dos valores empenhados ¹nos últimos 5 (cinco) anos, incluindo os valores recebidos por descentralizações externas.

Gráfico 1- Evolução das despesas empenhadas 2012 a 2017



Fonte: Área de Gestão Estratégica/Gerência de Gestão Orçamentária – AE/GGO

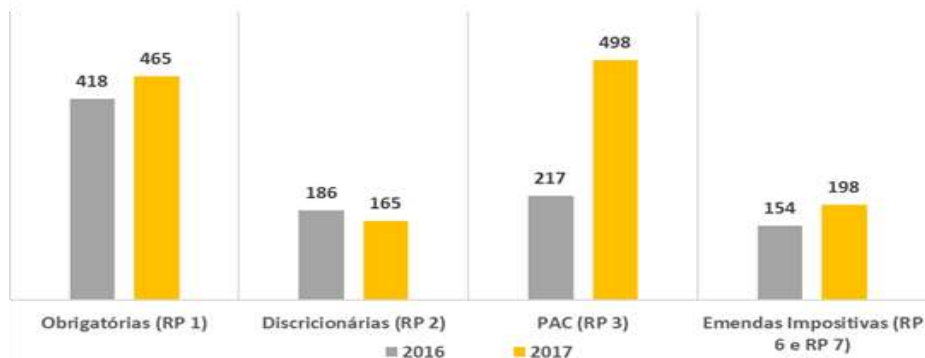
Nota: ¹ -Execução orçamentária do órgão 22203 – Codevasf. Incluídos os valores dos destaques recebidos

A Codevasf tem sofrido cortes significativos nos referenciais monetários para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, desde o momento da elaboração de suas propostas orçamentárias, que representam, na quase totalidade dos casos, valores menores que o necessário, o que tem provocado a postergação de planos e projetos de significativo impacto social.

Tendo em vista a cobertura mínima das necessidades da Empresa, no decorrer do ano, foram realizadas diversas tratativas entre a Codevasf e o MI com vistas a ampliação dos limites de emissão de empenhos da Companhia, restando ao final do exercício contingenciamento de 9% da dotação atualizada de forma geral. Estratificando o contingenciamento pelas classificações de resultado primário, observa-se um corte de 19% no orçamento discricionário e 4% no orçamento PAC.

Ilustra-se, pelo quadro abaixo, a execução total de despesas pela Codevasf, classificando-as pelo identificador de resultado primário das programações orçamentárias. Salienta-se o crescimento das despesas do PAC em relação ao exercício imediatamente anterior, demonstrando assim um cenário que pode inferir a retomada dos investimentos da Empresa.

Gráfico 2 -Comparativo das despesas empenhadas¹ por identificadros de resultado primário 2016/2017



Fonte: Área de Gestão Estratégica/Gerência de Gestão Orçamentária – AE/GGO

Nota: ¹ -Execução orçamentária do órgão 22203 – Codevasf. Incluídos os valores dos destaques recebidos

3.2 Análise da execução de Restos a Pagar

Os Restos a Pagar ¹ – RP constituem compromissos financeiros exigíveis que compõem a dívida fluante e podem ser caracterizados como despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro. As despesas com investimentos representam mais de 90% do total das inscrições em Restos a Pagar. Isso pode ser justificado pela execução dos empreendimentos que, em sua maioria, ultrapassam mais de um exercício e os pagamentos ficam atrelados às medições realizadas durante a execução das obras/serviços.

O exercício de 2017 começou com R\$ 1,263 bilhão ¹ de RP, incluindo os recursos com origem nas movimentações de crédito via destaques. Do valor total inscrito, R\$ 81,7 milhões foram cancelados e R\$ 385,4 milhões foram pagos, restando um saldo a pagar de R\$ 796 milhões ao final do exercício.

Gráfico 3 -Comparativo anual de restos a pagar – Exercícios 2016/2017 ¹

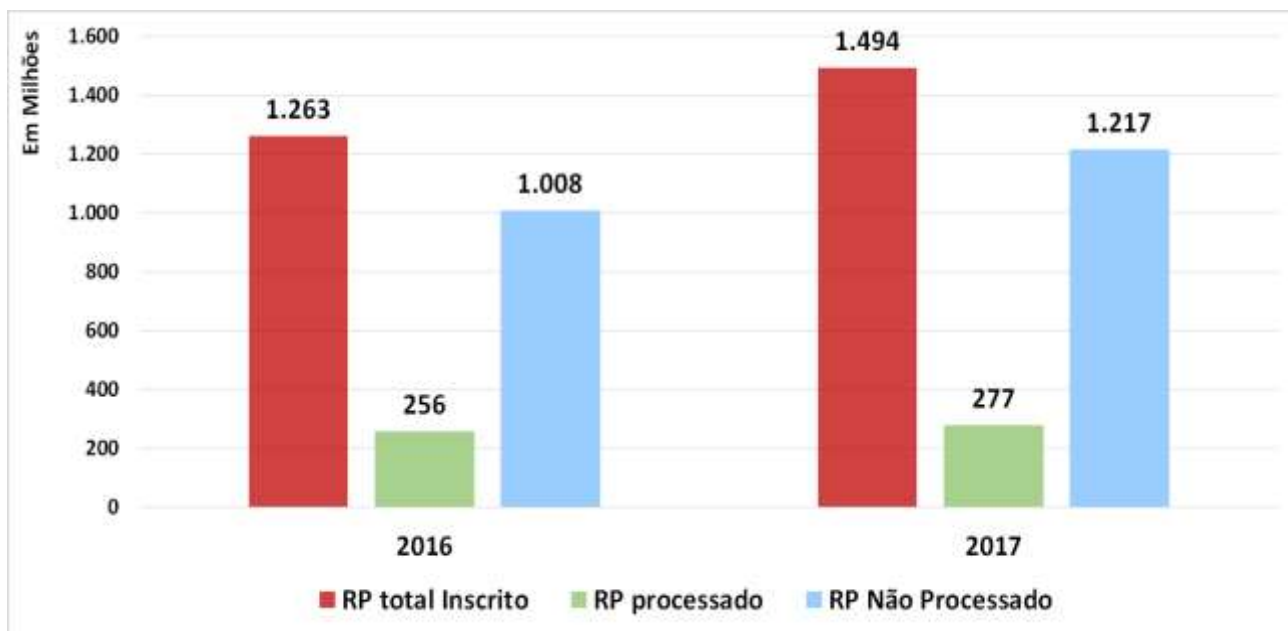


Fonte: Tesouro Gerencial - 31/12/2017

Nota:¹ -Execução orçamentária do órgão 22203 – Codevasf. Incluídos os valores dos destaques recebidos

Por outro lado, em 31/12/2017, foram inscritos RS 673,9 milhões de RP não processados e R\$ 94,9 milhões de RP processados, à conta do orçamento do ano de 2017. Consolidando esses RP's com os inscritos em exercícios anteriores, visualiza-se:

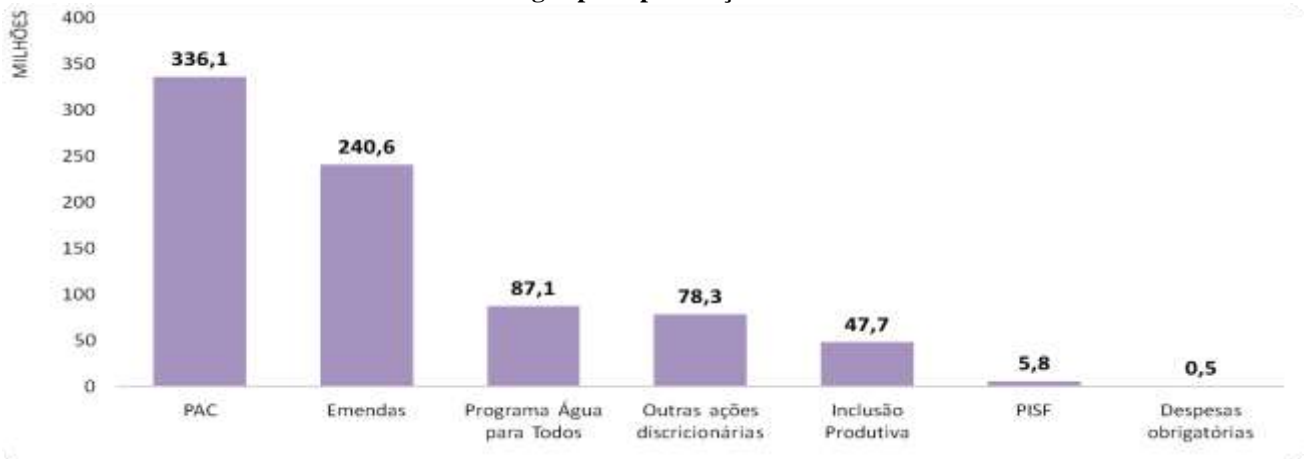
Gráfico 4 -Restos a Pagar Inscritos em 31 de Dezembro – Exercícios 2016/2017 ¹



Nota:¹ -Execução orçamentária do órgão 22203 – Codevasf. Incluídos os valores dos destaques recebidos

O saldo de Restos a Pagar constitui uma obrigação, pois pressupõe que as obras e serviços já foram contratados e estão em execução, com exceção dos paralisados por motivos diversos. O gráfico abaixo apresenta o saldo por tipo de ação da Empresa.

Gráfico 5 -Saldo de Restos a Pagar por tipo de ação da Codevasf – Exercício 2017 ¹



Fonte: Tesouro Gerencial - 31/12/2017

Nota: ¹ -Execução orçamentária do órgão 22203 – Codevasf. Incluídos os valores dos destaques recebidos

3.3 Receitas Próprias Arrecadadas

A receita de titulação é proveniente da venda dos lotes de terras nos Projetos Públicos de Irrigação - PPIs e a receita de tarifa refere-se à taxa de amortização dos investimentos públicos nas obras de infraestrutura de irrigação de uso comum (canais, estradas, drenos, estações de bombeamento, etc.) que permitem o suprimento de água destinada à irrigação. Os valores arrecadados são recolhidos diretamente na conta única do tesouro.

Tabela 1- Total receita líquida arrecadada nos exercícios de 2016/2017 (R\$ 1,00)

Tipo de Receita	2016	2017
Receita de tarifa d'água (Taxa de amortização de uso da estrutura)	6.860.711,91	10.067.436,83
Receita de titulação de lotes	6.635.813,31	16.415.579,41
Outras receitas*	19.555.746,83	5.871.349,35
Total arrecadado no exercício	33.052.272,05	32.354.365,59

Fonte: Sistema SICOB (Sistema de Cobrança -Institucional) e Tesouro Gerencial/SIAFI

Nota: * Informação adicional que não constou no Relatório da Administração do exercício de 2016

Gráfico 6.Total receita líquida arrecada nos exercícios de 2016/2017 (em R\$ milhões)



3.4 Análise Desempenho Financeiro

Considerando os valores pagos (Despesas Liquidadas do Exercício e de Restos a Pagar Processados e Não Processados Inscritos), verificou-se que a Empresa pagou 90% das despesas liquidadas no exercício financeiro de 2017. Já em relação às Despesas de Exercícios anteriores, foi efetuado o pagamento de 29,94% dos valores inscritos em Restos a Pagar.

Assim como em anos anteriores, em 2017, os recursos liberados foram limitados, porém, com os esforços junto ao Ministério da Integração Nacional, o resultado foi positivo para a Codevasf, pois o recebimento de recursos financeiros na fonte 100 – Recursos Ordinários permitiram a realização de pagamentos de dívidas acumuladas de exercícios anteriores.

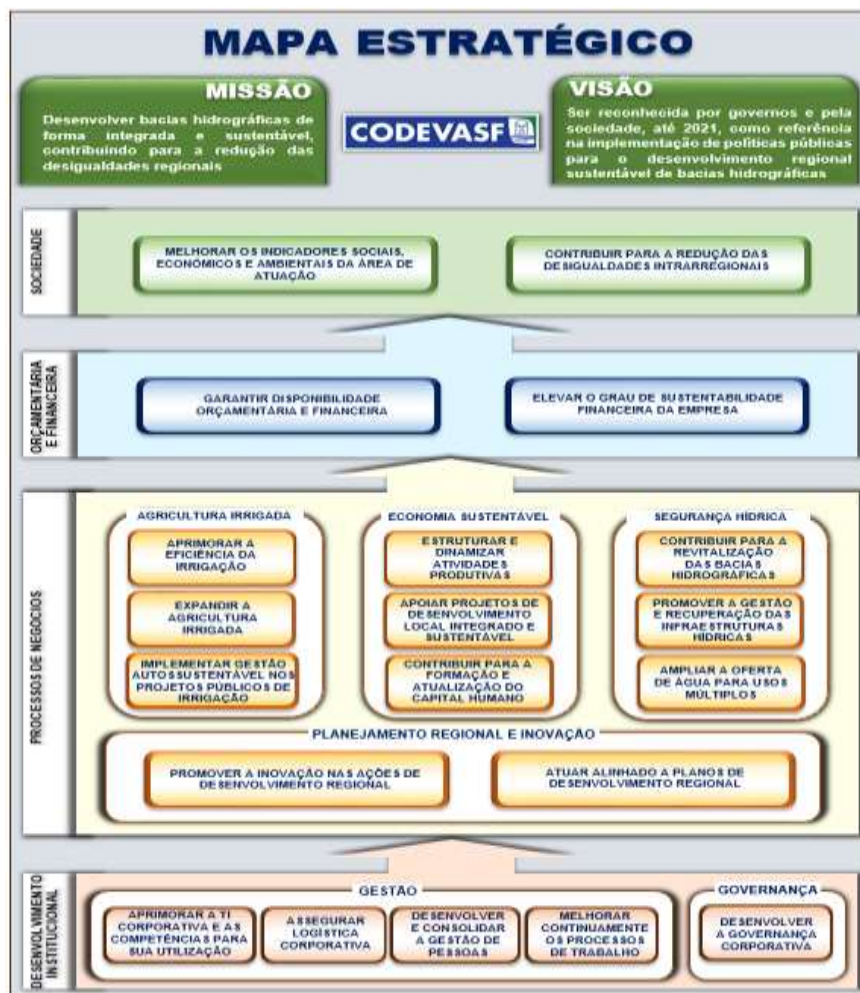
Vale ressaltar que, os recursos financeiros são liberados mensalmente pelo Ministério da Integração Nacional obedecendo as limitações previstas no Decreto nº 8.961/2017 e suas alterações, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2017 e dá outras providências.

4 Desempenho dos Negócios

4.1 Objetivos de Atuação da Empresa

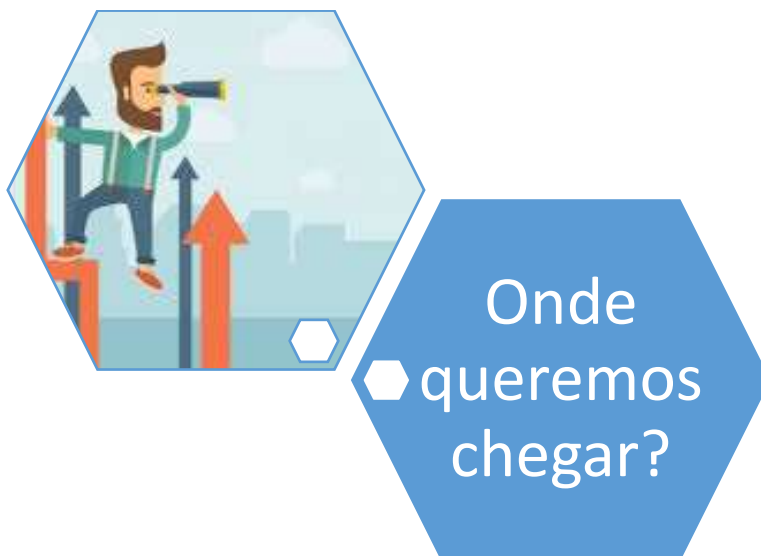
A Codevasf, orientada pelos objetivos estratégicos contidos em seu Planejamento Estratégico Institucional – PEI, pelos regulamentos a ela instituídos e em consonância com o Plano Plurianual 2016/2019, atua em diversos programas temáticos na sua área de atuação, por meio de ações voltadas para o desenvolvimento produtivo e sustentável na agricultura irrigada, na realização de obras para a oferta de água e de saneamento básico, e na implantação de infraestruturas, para inclusão na cadeia produtiva, visando estimular o desenvolvimento econômico com a consequente redução das desigualdades sociais e regionais.

Para a execução das políticas públicas previstas no PPA 2016/2019, a Codevasf construiu o seu Mapa Estratégico contendo perspectivas, temas e objetivos estratégicos, conforme apresentado abaixo.



Quadro 2 - Vinculação dos Objetivos Estratégicos das áreas fim da Codevasf com os Programas do PPA 2016-2019

Objetivos Estratégicos	Programas do PPA 2016/2019	Principais legislações relacionadas aos temas dos Programas do PPA
Promover a Gestão e Recuperação de Infraestruturas Hídricas	2084 - Recursos Hídricos	Lei nº 9.433/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos Lei nº 12.334/2010 - Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos
Ampliar a Oferta de Água para Usos Múltiplos	2084 - Recursos Hídricos	Lei nº 9.433/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos
Contribuir para a Revitalização das Bacias Hidrográficas	2084 - Recursos Hídricos 2068 - Saneamento Básico	Lei nº 9.433/1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos Lei Nº 11.445/2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico
Implementar Gestão Autossustentável nos Projetos Públicos de Irrigação	2077 - Agropecuária Sustentável	Lei nº 12.787/2013 - Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação
Expandir a Agricultura Irrigada	2077 - Agropecuária Sustentável	Lei nº 12.787/2013 - Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação
Aprimorar a Eficiência da Irrigação	2077 - Agropecuária Sustentável	Lei nº 12.787/2013 - Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação
Apoiar projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável	2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	Decreto nº 6.047/2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional
Estruturar e Dinamizar Atividades Produtivas	2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial 2052 - Pesca e Aquicultura	Decreto nº 6.047/2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional Lei nº 11.959/2009 - Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca
Contribuir para a formação e atualização do capital humano	2044 - Promoção dos Direitos da Juventude 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial	Lei nº 12.852/2013 - Institui o Estatuto da Juventude Decreto nº 6.047/2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional



4.2 Resultados das Ações

4.2.1 Revitalização de Bacias Hidrográficas



SES Brejo Grande /SE

As ações de revitalização desenvolvidas pela Codevasf visam a recuperação, preservação e uso de recursos naturais para a melhoria das condições socioambientais da bacia, tendo como pontos principais a implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco e o combate as decorrências de processos erosivos.

Em 2017, foram empregados R\$ 63,1 milhões (valores pagos) na continuidade da execução dos projetos de revitalização. Conforme quadro abaixo, observa-se que as obras concluídas têm potencial para atender mais de 285 mil pessoas, elevando a qualidade de vida da população dos municípios atendidos.

Quadro 3 - Intervenções concluídas - 2017

Segmento	Qtde Intervenções	População beneficiada
Esgotamento Sanitário	6	98.597
Ligações intradomiciliares	3.705*	18.525
Sistema de Abastecimento de Água	1	290
Processo Erosivos	4	168.068
Total	3.716	285.480

Fonte: Relatório de acompanhamento do PAC - Balanço de 31/12/2017

*Quantidade de ligações intradomiciliares de esgoto sanitário

4.2.2 Agricultura Irrigada

A agricultura irrigada tem se apresentado como um instrumento capaz de promover e otimizar o desenvolvimento regional em áreas tradicionalmente carentes do semiárido. A Codevasf atua na implantação de infraestrutura de irrigação e na realização de obras/serviços de reabilitação e modernização dos perímetros públicos em operação, bem como proporcionando as condições necessárias para que os produtores agrícolas desenvolvam capacidade técnica e administrativa com vistas a sua sustentabilidade.



Canal de Perímetro de Irrigação Pontal /PE

4.2.2.1 Expansão da Área Irrigada

A implantação de infraestrutura pública de irrigação visa proporcionar condições necessárias para que os produtores agrícolas desenvolvam capacidade técnica e administrativa para gestão dos perímetros com vistas a promover o desenvolvimento local e regional, em regiões com baixos indicadores sociais, por meio de geração de emprego e renda.

Em 2017, foram empregados R\$ 25,8 milhões (valores pagos) em estudos e obras para implantação de projetos públicos de irrigação.

A implantação das infraestruturas previstas não foi concluída devido à falta de recursos, que comprometeu a execução dos projetos, contudo foram entregues dois estudos: Pariconha e Delmiro Gouveia em Alagoas.

Além dos estudos, vale ressaltar o lançamento de edital para venda de 336 lotes irrigáveis no projeto Pontal, em Pernambuco. O objetivo é a implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais em unidades familiares e unidades empresariais. No total são 2.006,94 hectares, sendo 1.792,80 hectares irrigáveis e 214,14 hectares não irrigáveis.

4.2.2.2 Administração, Manutenção e Operação de Projetos Públicos de Irrigação



As ações de administração, manutenção e operação dos projetos públicos de irrigação têm por objetivo garantir a sustentabilidade dos 26 perímetros de irrigação da Codevasf, além dos 10 perímetros do Sistema de Itaparica.

Em 2017, foram empregados R\$ 73,0 milhões (valores pagos) na modernização, revitalização e operacionalização dos perímetros mantidos pela Companhia.

As ações **de revitalização e modernização** visam concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da operação dos perímetros públicos de irrigação existentes, objetivando a transferência da gestão às organizações de produtores dos perímetros economicamente viáveis. Essas ações vêm sendo

prejudicadas em função dos cortes e da descontinuidade na liberação de recursos orçamentários /financeiros ocorridos nos últimos anos.

4.2.3 Oferta de Água



Adutora do Algodão/BA - EEAT

O programa visa promover ações para o provimento da infraestrutura de oferta e uso múltiplo de recursos hídricos, de forma integrada com as políticas regionais, sociais, econômicas e ambientais, tendo como princípios assegurar a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e desenvolvimento da agricultura irrigada, a redução dos níveis de pobreza e a melhoria da qualidade de vida das populações locais, que com frequência vivem com baixa disponibilidade de água, sobretudo na região semiárida.

Em 2017, foram empregados R\$ 99,3 milhões (valores pagos) em estudos, implantação de infraestruturas e recuperação/manutenção de barragens.

4.2.3.1 Implantação e Recuperação de Infraestrutura hídrica

Consiste na execução de obras civis, montagem de equipamentos hidromecânicos e elétricos para implantação do sistema adutor, construção de barragens, implantação de sistemas de abastecimento de água e recuperação de estruturas danificadas, visando reforçar o abastecimento de água dos municípios com déficit hídrico, bem como a elaboração de estudos de reconhecimento, técnico-econômicos, de pré-viabilidade e ambientais (EIAs) para serem utilizados como subsídios na confecção de projetos de obras de infraestruturas hídricas.

No exercício de 2017, não houve entregas de obras de infraestruturas devido à falta de recursos que comprometeram a execução dos projetos. Foi dada, portanto, continuidade a diversas obras que estavam em andamento, tendo como destaque a **Barragem de Pedregulho** e **Adutora de Massapê**, localizadas no estado do Piauí, que se encontram com 97% e 98% de execução, respectivamente.

Em relação aos **estudos**, foi concluído o anteprojeto da fase 1 do **Canal Xingó** e encontra-se em licitação para elaboração do Projeto Básico dessa fase

4.2.3.2 Programa Água para Todos

O Programa “Água para Todos” visa promover a universalização do acesso à água em áreas rurais, tanto para consumo humano como para produção agrícola, beneficiando, principalmente, as famílias inscritas no Cadastro Único do Programa Bolsa Família. Desde 2012, as ações desse Programa permitiram beneficiar mais de 230 mil famílias. Em 2017, foram concluídas obras de tecnologias sociais diversas permitindo beneficiar 3.390 famílias da região Nordeste e 39 em Minas Gerais.

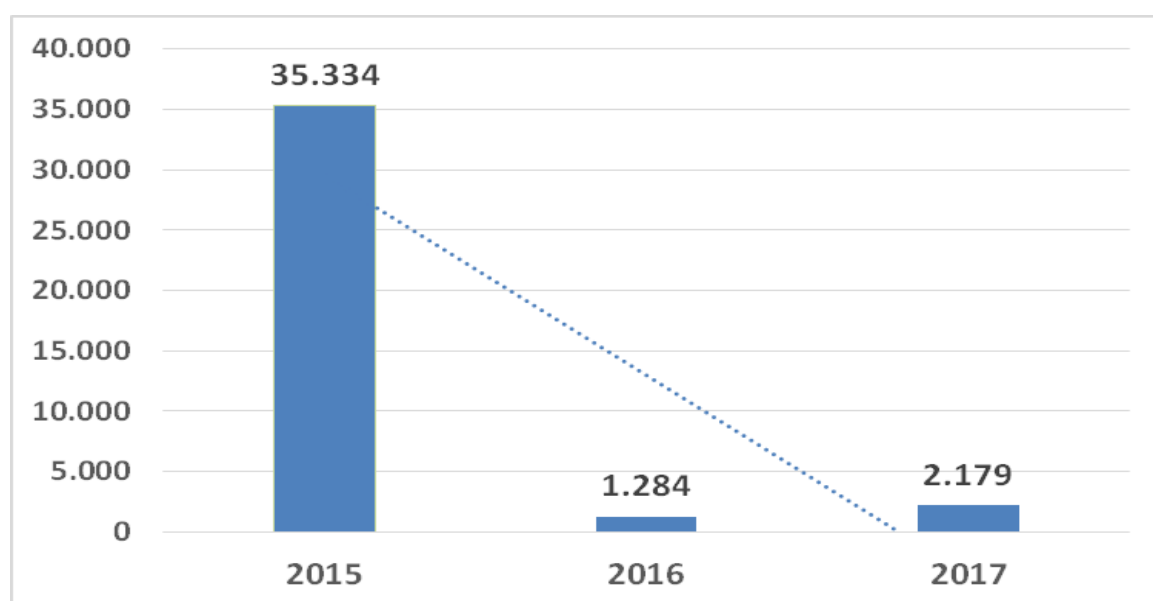
Tabela 2 -Quantidade de tecnologias sociais implantadas – Exercício 2016/2017

Tecnologias Sociais	2016	2017
Cisternas instaladas	1.284	2.179
Barreiros	5	10
Poços	184	9
SSAA	19	19
Total Tecnologias sociais	1.492	2.217

Fonte: Relatório de acompanhamento das tecnologias sociais (Coordenação do Programa Água para Todos – 31/12/2017)

As ações do programa são executadas com destaque recebido pelo Ministério da Integração Nacional, e nos últimos dois anos houve diminuição no repasse do orçamento, o que provocou uma queda significativa na entrega das cisternas.

Gráfico 7 - Cisternas instaladas 2015-2017



Fonte: Relatório de acompanhamento das tecnologias sociais (Coordenação do Programa Água para Todos – 31-12-2017)

4.2.4 Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF, ou simplesmente Projeto São Francisco, foi concebido para garantir a segurança hídrica no Nordeste Setentrional contemplando o abastecimento através das suas estruturas hídricas, interligadas pelo Eixo Norte, que levará água para os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, e pelo Eixo Leste, que beneficiará os estados de Pernambuco e da Paraíba.

O Projeto possui como prioridade o abastecimento humano e a dessedentação animal na região receptora beneficiada. Em caso de não utilização da vazão outorgada para uso prioritário, poderão ser atendidos os múltiplos usos da água. O PISF visa, também, complementar a disponibilidade de açudes existentes na região, viabilizando melhor gestão destes recursos e a redução das diferenças regionais causadas pela oferta desigual da água.

O empreendimento é destinado a assegurar a oferta de água, em 2025, a cerca de 12 milhões de habitantes de 390 municípios do agreste, do sertão dos estados de Pernambuco (113), Ceará (56), Paraíba (127) e Rio Grande do Norte (94).

Ao longo dos percursos dos canais, foram projetadas 9 estações de bombeamento e 30 barragens para desempenharem a função de reservatórios de compensação, permitindo o fluxo de água nos canais mesmo com o desligamento das estações de bombeamento.

O Decreto Federal nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, instituiu o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (SGIB). Posteriormente, o Decreto Federal nº 8.207, de 13 de março de 2014, alterou o decreto acima e estabeleceu a Codevasf como Operadora Federal do PISF, atribuindo-lhe o exercício das funções necessárias à operacionalização e à manutenção da infraestrutura decorrente da implantação do Sistema.

Em 2017, foram empregados R\$ 115,3 milhões (valores pagos) nas ações de gestão e operação do PISF.

4.2.4.1 Implementação da gestão do Projeto de Integração do São Francisco

A construção do Modelo de Gestão do PISF, iniciada em 2014, com o apoio da consultoria da FGV Projetos, teve sua fase de discussões concluída no término de 2017, com vistas a atender aos requisitos previstos para o projeto, quais sejam: o uso racional dos recursos hídricos, a sustentabilidade econômico-financeira, ambiental e operacional, de forma a assegurar a disponibilização da água aduzida em toda a região de integração.

Encontra-se em análise proposta de Plano de Gestão Anual (PGA) para o projeto, considerando o cenário de operação comercial para o Eixo Leste, a partir de 26/03/2018. A aprovação do Modelo de Gestão será atribuição do Conselho Gestor do PISF, que terá também a competência de acompanhar a execução das atividades de operação, propor padrões de qualidade e regras de alocação da água entre os estados receptores, entre outras atividades. Esse Conselho é presidido pelo MI e tem, entre seus membros, representantes de outros ministérios, dos estados receptores (Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) e dos comitês das bacias hidrográficas receptoras e doadora.

4.2.4.2 Operação e Manutenção do PISF

A Codevasf, como operadora federal do PISF, para desempenhar adequadamente as suas competências, adotou uma série de medidas para estruturar-se, como as ações de aquisição de energia para os testes, comissionamentos e enchimento do sistema no mercado livre de energia elétrica.

Dentre as atividades desenvolvidas no exercício de 2017, destacam-se a aprovação pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da adequação da estrutura da Codevasf a fim de suportar os processos iniciais da operadora, a preparação de termos de referência para contratações de Apoio Especializado, de Operação e Manutenção das infraestruturas, consultoria para assessoramento e aquisição de Energia Elétrica, assim como, discussões em oficinas de trabalho dos temas relativos ao modelo de gestão do PISF, envolvendo os atores federais e estaduais interessados.

4.2.5 Ações de Inclusão Produtiva



As atividades relativas às Rotas de Integração Nacional são desenvolvidas no âmbito do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial, Sustentável e Economia Solidária. Desde 2004, a Codevasf atua no apoio à estruturação e dinamização dos APLs nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Sergipe, com destaque para os de apicultura, ovinocaprinocultura, bovinocultura, fruticultura e piscicultura, em virtude de serem as vocações principais das regiões de atuação da Empresa.

Em 2017, foram empregados R\$ 23,5 milhões (valores pagos) nas ações de apoio aos **arranjos produtivos locais** e na **estruturação e dinamização de atividades produtivas**, incluindo o fornecimento de máquinas, equipamentos, veículos e implementos agrícolas destinados à implantação de ações de agricultura familiar na área de abrangências da Codevasf, e cobertura de despesas administrativas, material de consumo e locomoção de técnicos da Empresa.

O **Projeto Amanhã**, instituído em 1993 pela Codevasf, executado pelo Programa de Promoção dos Direitos da Juventude, tem por objetivo principal promover a inserção de jovens de 14 a 26 anos no mercado de trabalho para atuarem com autonomia e competência em empreendimentos agropecuários e agroindustriais.



As ações desenvolvidas em 2017 possibilitaram a **capacitação de 329 jovens** alunos nos Estados de Alagoas, Bahia, Sergipe e Minas Gerais, com destaque para os cursos de operação e manutenção de máquinas agrícolas, inclusão digital, apicultura, introdução à agroecologia, corte e costura. Apesar dos escassos recursos, esse número de capacitações reflete os resultados das parcerias com prefeituras, sindicatos e Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

Tabela 3 - Capacitação de jovens por UF

UF	Exercício	
	2016	2017
AL	130	32
BA	115	242
MG	311	35
SE	46	20
Total	602	329

Fonte: Relatório de Acompanhamento da Coordenação do Projeto Amanhã



A Codevasf desenvolve ações do Programa Pesca e Aquicultura por meio dos seus 7 (sete) Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura¹ e das unidades demonstrativas de aquicultura, que são referências em atividades como pesquisa e reprodução de peixes para recomposição do Rio São Francisco e fomento à aquicultura como forma de inclusão produtiva de ribeirinhos e pequenos produtores.

Entre seus principais objetivos estão o desenvolvimento de tecnologias de reprodução artificial, larvicultura e alevinagem de espécies nativas da bacia do Rio São Francisco; estudos físicos, químicos e biológicos, para o monitoramento da qualidade da água da bacia; fomento a aquicultura na área de atuação da Empresa, alicerçada nos

conceitos de sustentabilidade social, ambiental e econômica; e a capacitação de pescadores, produtores e técnicos da área.

Entre 2007/2017, os Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura já produziram mais de 155 milhões de alevinos e realizaram mais de 760 ações de peixamento. No ano de 2017, apesar da liberação de recursos ter sido realizada a partir do mês de agosto, foram produzidos 8,1 milhões de alevinos e realizadas 27 ações de peixamento.

5 Análise do Ambiente Econômico Geral e Setorial

Produto Interno Bruto - PIB

A economia brasileira saiu da recessão em 2017, após dois anos seguidos de retração. Os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano mostram que nos nove meses de 2017, o Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) registrou crescimento acumulado de 0,6% em relação a igual período de 2016. Com isso, a projeção de crescimento do Ministério da Fazenda para 2017 subiu de 0,5% para 1,1%. A revisão se deve, entre outros fatores, ao ajuste para reduzir endividamento, que favorece o crescimento; e à inflação mais baixa, que possibilita a recuperação do consumo.

Desemprego

O início da recuperação da economia levou a uma reação nos dados do emprego em 2017. Nos 11 meses do ano, o saldo de empregos chegou a 299.635 novas vagas, com expansão de 0,78% em relação ao mesmo período de 2016, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Apesar do saldo acumulado, novembro teve resultado negativo, com 12.292 vagas fechadas, já consideradas as novas regras de contratação estabelecidas pela reforma trabalhista. A queda de novembro reverteu uma série de sete resultados positivos consecutivos na geração de empregos.

Em 12 meses (dezembro de 2016 a novembro de 2017), o saldo também é negativo, com redução de 178.528 postos de trabalho, uma retração de 0,46%.

¹ Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura: (Minas Gerais: Três Marias e Nova Porteirinha; Bahia: Guanambi e Xique-Xique; Pernambuco: Petrolina; Sergipe: Neópolis; Alagoas: Porto Real do Colégio e Piauí: Parnaíba).

Inflação



O ano de 2017 foi marcado por um forte processo de desinflação, que surpreendeu agentes econômicos. A recessão dos últimos anos contribuiu para conter os preços. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, fechou o exercício em 2,95 %. É o menor número desde 1998.

Os alimentos contribuíram para reduzir a inflação, principalmente, em razão da safra recorde. Já os segmentos de Habitação (6,26%), Saúde e Cuidados Pessoais (6,52%) e Transportes (4,1%) - foram os grupos que mais influenciaram positivamente o índice.

Das treze regiões envolvidas na pesquisa do IPCA, sete encerraram 2017 com taxas de inflação menores que a média nacional de 2,95%. As duas maiores altas ocorreram em Goiânia e Brasília, ambas com variação inflacionária de 3,76%.

Os analistas do mercado financeiro estimam uma inflação de 3,95 % em 2018, segundo relatório Focus do Banco Central.

O IPCA é calculado pelo IBGE desde 1980, abrange famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos e envolve dez regiões metropolitanas, além de Goiânia, Campo Grande e de Brasília.

Juros

Com os preços mais baixos e expectativas para uma inflação menor, a taxa básica de juros, a Selic, passou por um ciclo de cortes, chegando ao menor nível histórico. Nas oito reuniões de 2017, Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a Selic sucessivamente, com queda acumulada de 6,75 pontos percentuais, passando de 13,75% ao ano para 7% ao ano.

Em dezembro, o Copom sinalizou que pode haver nova redução da Selic em fevereiro de 2018. Segundo o comitê, a continuidade da redução da taxa depende da evolução da atividade econômica e das expectativas de inflação.

Crédito

O crédito no país deve registrar o segundo ano seguido de queda em 2017, com expectativa de retomada em 2018. A expectativa do Banco Central é que o crédito ofertado pelos bancos deve apresentar retração de 1% neste ano e crescimento de 3% em 2018.

Nos 11 meses de 2017, o crédito caiu 1,4%, ficando em R\$ 3,063 trilhões. Desse total, o crescimento dos empréstimos para as famílias (5,1%) não foi suficiente para compensar a queda do crédito para as empresas (7,9%), influenciada pela redução dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Uma parte da redução do crédito para as empresas se deve à substituição do financiamento do sistema financeiro pelo mercado de capitais.

Em 2017, houve redução do custo dos empréstimos para empresas e famílias, mas as taxas ainda são altas. Os recuos foram influenciados pela redução da taxa básica de juros, a Selic, e da inadimplência.

Em novembro, a taxa média anual do crédito com recursos livres para as famílias ficou em 58,1%, com recuo de 14,3%, no ano. A taxa das empresas ficou em 22,9% ao ano, com redução de 5,2%.

Em abril de 2017, começou a valer regra do Conselho Monetário Nacional (CMN) que limitou a 30 dias o tempo para permanecer no rotativo do cartão de crédito. As instituições financeiras foram obrigadas a transferir a dívida para o crédito parcelado, que tem taxas menores. Em novembro, a taxa do rotativo do cartão de crédito para quem paga pelo menos o valor mínimo da fatura chegou a 218,3% ao ano. A taxa cobrada dos consumidores que não pagaram ou atrasaram o pagamento mínimo ficou em 410,4% ao ano, com redução de 109,3 pontos percentuais.

Cenário Externo

No **cenário internacional**, viu-se a continuidade de um quadro ainda benigno, com aumento nas estimativas de crescimento, sendo favorável para o Brasil aproveitar as oportunidades advindas do exterior. Destaque, nos **EUA**, para a Reforma Tributária (forte corte de impostos), que pode impulsionar a economia em 2018. No caso da **China**, estima-se que crescimento continuará na faixa dos 6%, dado que o modelo de crescimento ainda é via investimentos e setor externo, mas com lenta mudança para uma expansão mais relacionada com o consumo. Isto é, o país não quer desacelerar ainda mais seu crescimento nesse instante, o que mantém um quadro favorável para os países emergentes, produtores e exportadores de **commodities**, como é caso do Brasil, para 2018.

Impactos das Projeções sobre o Negócio da Codevasf

A Codevasf, empresa pública dependente com capital 100% da União, vem sofrendo as consequências da recessão econômica brasileira e recebendo cortes significativos em seu orçamento ao longo dos anos.

Tratar o corte realizado nas dotações aprovadas para a Companhia de forma isolada, pode remeter a uma análise deturpada na qual seria inferido um baixo corte no orçamento da Empresa, porém, é de considerar que o orçamento vem sendo limitado, cortado, contingenciado e reprimido sistematicamente ano após ano. Sem considerar qualquer correção para as despesas de custeio administrativo, investimentos em tecnologia da informação, além das despesas finalísticas voltadas aos projetos de desenvolvimento territorial, aquicultura, segurança de barragens e, também, a infraestrutura das unidades.

A não destinação de limites orçamentários de forma suficiente para executar os projetos previstos com os créditos aprovados pela LOA, a exemplo da Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas, pode gerar descompensações em outras programações e falta de cobertura de ações com impactos significativos.

Apesar do impacto dos ajustes fiscais do Governo Federal promovido ao longo do exercício de 2017, houve um crescimento na ordem de 68% na execução de despesas de investimentos comparado com o exercício de 2016, tendo estrategicamente priorizado os empreendimentos voltados para a revitalização das bacias hidrográficas e as intervenções voltadas ao desenvolvimento integrado e de infraestruturas hídricas, não deixando de cobrir, também, despesas relacionadas à gestão dos empreendimentos de irrigação.

6 Expansão da Área de Atuação

Nas últimas décadas, em reconhecimento ao relevante trabalho realizado pela Codevasf como agente público de promoção de crescimento econômico e social, e na difusão de novas tecnologias no segmento da agricultura irrigada e de oferta de água, a sociedade e o corpo político passaram a demandar a sua presença em outras regiões.

Em 2017, a área de atuação da Codevasf foi ampliada por meio das seguintes leis:

- ✓ Lei nº 13.481, de 18 de setembro de 2017, que incluiu a bacia hidrográfica do Rio Vaza-Barris; e
- ✓ Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017, que incluiu as bacias hidrográficas dos Rios Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu e Pericumã, bem como os municípios do estado de Alagoas que não estavam na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.

Destaca-se que, com a publicação da Lei nº 13.507/2017, a bacia hidrográfica do Rio Vaza-Barris foi suprimida do texto que estabeleceu a nova área de atuação da Empresa e, até a presente data, não houve a publicação de outro diploma legal corrigindo o equívoco no sentido de retornar a referida bacia hidrográfica para área de atuação da Codevasf.

Assim, a Codevasf passou dos 619 mil km² previstos na sua lei de criação para 1,21 milhão de km², abrangendo cerca de 14,29% do território nacional. Tal ampliação, de importante magnitude, merece considerações aprofundadas que permitam estabelecer mecanismos de garantia de recursos e de financiamento das ações a serem realizadas, configurados num panorama de compromisso estrutural de dotações orçamentárias e de aumento de quadros de recursos humanos, assim como uma cadeia de responsabilidades de maneira clara e eficaz.

Quadro 8- Quantidade de municípios de atuação da Codevasf

#	UF	Nº de Municípios
1	Alagoas	102
2	Bahia	116
3	Ceará	21
4	Distrito Federal	1
5	Goiás	3
6	Maranhão	201
7	Minas Gerais	240
8	Pernambuco	85
9	Piauí	223
10	Sergipe	28
Total		1020

Fonte: Gerência de Gestão Estratégica AE/GPE

7 Gestão e Governança Corporativa

A Codevasf, empresa pública constituída sob a forma de sociedade anônima, é regida pelas Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo seu Estatuto, além de normas de direito aplicáveis, que norteiam as atividades de governança, controle interno, avaliação e correição na organização. Os normativos, as diretrizes, recomendações e deliberações das diferentes instâncias decisórias constituem o arcabouço direcionador de seu processo de governança.

Para o cumprimento de sua missão institucional como Empresa Pública dependente do tesouro, atua alinhada com as diretrizes, os planos e as políticas definidas pelos vários entes do Governo Federal, em especial aqueles referentes ao seu segmento de atuação, destacando-se as de meio ambiente, recursos hídricos e agricultura irrigada, além dos objetivos estratégicos definidos em seu Planejamento Estratégico Institucional – PEI.

A fim de contribuir com a formulação e implementação dessas políticas públicas e com a prestação de serviços de interesse da sociedade, a Empresa conta com estrutura clássica de governança que objetiva avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão.

Nas funções de governança visando a definição do direcionamento estratégico, supervisão da gestão, envolvimento das partes interessadas, gerenciamento de riscos estratégicos e conflitos internos, conta com duas instâncias colegiadas de deliberação, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Para exercer as funções de controle, em especial auditar e avaliar o sistema de gestão e promover a “*accountability*” (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência foram criados o Conselho Fiscal, a Auditoria Interna, a Corregedoria e a Ouvidoria. Por fim, conforme sua natureza de empresa pública constituída sob a forma de sociedade anônima, possui uma instância para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Empresa, que é a Assembleia Geral.

7.1 Composição da estrutura de governança da Codevasf:

a) Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão da Codevasf, convocada e instalada na forma da lei, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da empresa. A Assembleia Geral será presidida pelo (a) Presidente da Codevasf ou substituto por ele designado e, na ausência de ambos, por pessoa escolhida pelos acionistas presentes.

Base normativa	Forma de atuação
Artigos 18 a 21 do Estatuto da Codevasf, aprovado pelo Decreto nº 8.258/2014, alterado pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 13 de abril de 2017 e pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 8 de agosto de 2017.	Reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei, e extraordinariamente, sempre que os interesses da Codevasf exigirem, observados os preceitos legais relativos às convocações e deliberações.

b) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação superior da Codevasf e tem como competência, dentre outras, aprovar as políticas, diretrizes e prioridades que devem ser observadas na programação e execução das atividades da Codevasf, além de aprovar e acompanhar a execução dos planos plurianuais e anuais da Codevasf, os programas e projetos especiais e seus orçamentos e reformulações.

Base normativa	Forma de atuação
Artigos 22 a 24 do Estatuto da Codevasf, aprovado pelo Decreto nº 8.258/2014, alterado pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 13 de abril de 2017 e pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 8 de agosto de 2017.	Reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros. As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes e registradas em ata, cabendo ao Presidente o voto ordinário e o de qualidade.

c) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e de igual número de suplentes, sendo:

- um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional; e
- dois indicados pelo Ministério da Integração Nacional.

Sua função é fiscalizar os atos de gestão dos administradores da Codevasf e opinar sobre as contas da companhia (demonstrações financeiras, modificação do capital social, distribuição de dividendos e destinação do lucro), emitindo pareceres a respeito. Para isso, o Conselho se reúne ordinariamente, uma vez por mês.

Base normativa	Forma de atuação
Artigos 25 e 26 do Estatuto da Codevasf, aprovado pelo Decreto nº 8.258/2014, alterado pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 13 de abril de 2017 e pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 8 de agosto de 2017.	Reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou por deliberação da maioria de seus membros.

d) Diretoria Executiva

A Codevasf é administrada por um Presidente e três Diretores, todos nomeados pelo Presidente da República. A Diretoria Executiva é responsável pela gestão da Companhia e execução das deliberações do Conselho de Administração. Entre suas competências estão a aprovação dos regimentos internos dos órgãos que compõem a estrutura organizacional da empresa; autorização para a realização de convênios, acordos, ajustes ou contratos que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a Codevasf e apreciação das contas da Companhia (demonstrações financeiras, modificação do capital social, distribuição de dividendos e destinação do lucro) submetendo-os à apreciação pelo Conselho de Administração.

Base normativa	Forma de atuação
Artigos 27 a 29 do Estatuto da Codevasf, aprovado pelo Decreto nº 8.258/2014, alterado pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 13 de abril de 2017 e pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 8 de agosto de 2017.	A Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente. Para a tomada de decisões pela Diretoria Executiva, é necessário um quórum mínimo constituído pelo Presidente da Codevasf ou seu substituto legal e por dois Diretores.

e) Auditoria Interna

A Auditoria Interna vincula-se hierarquicamente ao Conselho de Administração, conforme parágrafo único do artigo 13 do Estatuto Social, e se sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, nos termos do caput do artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000. Entre suas competências estão a elaboração e execução de planos periódicos de inspeção de diversas atividades da Empresa, preventivamente e corretivamente; o exame e a emissão de parecer acerca da prestação de contas anual e tomada de contas especiais instauradas pela Codevasf; além de assessoramento e orientação preventiva a Assembleia Geral, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva, ao Presidente, aos Diretores, aos Gerentes-Executivos e aos Superintendentes Regionais.

O nome do titular da Auditoria Interna é sugerido pela Presidência da Codevasf, cujo currículo é submetido à apreciação do Conselho de Administração, que, se de acordo, encaminhará a proposta à Controladoria-Geral da União para avaliação e manifestação.

Base normativa	Forma de atuação
A unidade executa suas atribuições orientada pelo Regulamento de Auditoria aprovado pelo Conselho de Administração, por meio da Resolução nº 350 de 14 de maio de 2015, e pelo Art. 10 do Regimento Interno da Codevasf, aprovado pela Resolução nº 731/2017 e Deliberação nº 17/2017, com independência e imparcialidade garantidas pela direção superior da Codevasf. Além disso observa, sempre que cabível, as recomendações previstas nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores - ISSAI.	Visitas periódicas as unidades orgânicas da Empresa e por meio de comunicação interna.

7.2 Principais iniciativas de reestruturação do sistema de governança corporativa da Codevasf

A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com o intuito de promover melhorias na governança e gestão das estatais, editou um conjunto de normativos, dentre os quais, destaca-se a Resolução nº 17 que determinou a todas as empresas estatais federais “possuir metas de desempenho empresarial vinculadas a planejamento estratégico”.

Neste sentido, a Codevasf visando aperfeiçoar os mecanismos de governança e gestão, a partir do extenso conjunto de normativos editados por órgãos de controle, promoveu a atualização de seus referenciais estratégicos, definindo sua nova missão, visão de futuro e seus valores declarados, conforme evidenciado a seguir.

Missão	Valores
Desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável contribuindo para redução das desigualdades regionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Excelência - Empregar as melhores práticas, prover a padronização de métodos e processos e primar pela agilidade na realização do trabalho, com foco na entrega dos resultados dentro dos prazos e com alto grau de qualidade. ▪ Ética - Ter como padrão de conduta ações que busquem a verdade dos fatos, amparadas em honestidade, moralidade, coerência e probidade administrativa.
Visão de Futuro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização dos colaboradores - Valorizar a diversidade de opiniões, estimular a participação no processo decisório, propiciar um ambiente de trabalho saudável e desenvolver o capital intelectual da empresa. ▪ Responsabilidade ambiental - Adotar soluções que devolvam para a sociedade os investimentos realizados de forma comprometida com o meio ambiente. ▪ Foco na sociedade - Gerenciar com vistas ao atendimento regular e contínuo das necessidades dos cidadãos e da sociedade, na condição de sujeitos de direito, beneficiários dos serviços públicos prestados pela Codevasf. ▪ Transparência - Atuar de forma consciente, com ações pautadas pela publicidade e compartilhamento de informações com todos os interlocutores.

Em relação às estratégias de longo e curto prazo, a Empresa elaborou seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI), para o período de 2017 a 2021, e o Plano Anual de Negócios (PAN), para o exercício de 2017, aprovando-os por meio da Resolução nº 55/2017 e Deliberação nº 03/2017, revisando-os por meio da Resolução nº 843/2017 e Deliberação nº 20/2017, respectivamente.

O PEI representa o instrumento planejamento de longo prazo voltado para subsidiar a tomada de decisões e a implementação de ações estratégicas, pois destaca a missão, a visão de futuro, os valores corporativos, as diretrizes, os objetivos estratégicos e as iniciativas.

O PAN constitui a estratégia de curto prazo da Empresa e tem como objetivo principal fornecer direcionamento comum para atingimento da missão, conectando a estratégia de longo prazo com o planejamento tático e os planos operativos setoriais.

No que tange à verificação de requisitos e vedações para ocupação de cargos de liderança na Empresa, foi constituída a Comissão Temporária de Elegibilidade, com objetivo de exercer temporariamente as competências do Comitê de Elegibilidade, até que a sua criação seja institucionalizada por meio de alteração estatutária e regimental.

Com relação ao gerenciamento de riscos, integridade e controles internos, foram realizadas quatro atividades que ganharam destaque no exercício:

1. Proposta de criação de uma área dedicada à gestão de integridade, riscos e controles internos vinculada à liderança executiva da empresa, pendente de homologação por parte da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Assembleia Geral.
2. Elaboração da Política de Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos (PGIRC) da Codevasf, pendente de aprovação pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.
3. Execução parcial do plano de ações visando a implantação do Programa de Integridade na Empresa, em atenção ao disposto no Relatório de Avaliação de Integridade em Empresas Estatais nº 20161720/CGU e aos critérios expressos na Portaria CGU nº 909.
4. Elaboração do Código de Conduta Ética e Integridade, de acordo com o Código de Conduta da Alta Administração Federal e da legislação correlata vigente, já aprovado pela Diretoria Executiva e pendente de aprovação pelo Conselho de Administração da Codevasf.

7.3 Gestão da Tecnologia da Informação

Em 2017, a Gerência de Tecnologia da Informação - GTI finalizou a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2017-2020) e do Plano Estratégico de TI (PETI 2017-2020), alinhados ao Plano Estratégico Institucional (PEI), sendo aprovados pela Diretoria Executiva da Codevasf por meio das Resoluções nº 331 e nº 332, respectivamente, em 13 de junho de 2017. Com os planos aprovados, buscou-se executar as ações definidas de forma coordenada, com o intuito de minimizar os riscos e potencializar os resultados.

I. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI)

O Plano Estratégico Institucional - PEI foi idealizado para estabelecer objetivos estratégicos e orientações a serem seguidas pela Codevasf, determinando metas a serem cumpridas e mensuradas segundo indicadores de resultados estabelecidos.

O quadro abaixo ilustra os objetivos estratégicos do PETI alinhados às perspectivas do planejamento estratégico institucional, buscando estruturar de forma direta as ações estratégicas, táticas e operacionais por meio de tecnologias que produzam resultados positivos, permitindo assim propiciar suporte ao desenvolvimento sustentável da Empresa.

O PETI foi definido com base em 12 (doze) objetivos estratégicos de TI que balizam as ações e projetos de Tecnologia da Informação e foi aprovado pela Diretoria Executiva da Codevasf por meio da Resolução nº 332, de 13 de junho de 2017. O PETI contempla vigência quadrienal, compreendendo o período de 2017 a 2020.

O alinhamento do PETI ao PEI foi realizado segundo mapeamento dos eixos estratégicos do PEI aos objetivos estratégicos de TI, segundo relação estabelecida para suportar as linhas de negócio da Empresa, conforme Quadro abaixo: O PETI foi definido com 12 (doze) diretrizes estratégicas de TI que balizam as ações e projetos de Tecnologia da Informação para atingir os seus objetivos estratégicos institucionais, e encontra-se em processo de aprovação pela alta direção.

Quadro 4 - Alinhamento PETI x PEI

Eixos Estratégicos Institucionais		EEI01	EEI02	EEI03	EEI04
Objetivos Estratégicos de TI	Alinhamento Estratégico de TI com os eixos estratégicos institucionais	SOCIEDADE	ORÇAMENTÁRI A E	PROCESSOS DE NEGÓCIOS	DESENVOLVIM ENTO INSTITUCIONA
			FINANCEIRA		
OTI01	Garantir o desenvolvimento de competências na força de trabalho de TI	•	•	•	•
OTI02	Garantir qualidade e integridade da informação, por meio da estruturação de uma base de conhecimento corporativa	•	•	•	•
OTI03	Aprimorar o relacionamento com as Unidades Regionais de TI				•
OTI04	Garantir a estrutura de TI apropriada para as atividades administrativas e finalísticas	•	•	•	•
OTI05	Aprimorar a Segurança da Informação	•	•	•	•
OTI06	Aperfeiçoar a Governança de TI			•	•
OTI07	Garantir continuidade e disponibilidade dos serviços de TI	•	•	•	•
OTI08	Implantar modelo de gestão de demandas da área de TI	•	•	•	•
OTI09	Garantir a gestão e execução dos recursos orçamentários	•	•	•	•
OTI10	Garantir um percentual de no mínimo 2% do orçamento da CODEVASF para a TI	•	•	•	•
OTI11	Promover transparência e acessibilidade por meio das soluções de TI	•			•
OTI12	Melhorar a entrega e a qualidade dos produtos e serviços de TI por meio da avaliação do nível de satisfação dos usuários	•	•	•	•

Fonte: Área de Gestão Estratégica/ Gerência de Tecnologia da Informação

II. Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) detalha, por meio de metas e ações, como os objetivos estratégicos de TI serão alcançados e define necessidades tecnológicas e de informação para o cumprimento do negócio da Codevasf. O PDTI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão que possibilita aplicar recursos de TI, eliminando desperdícios, garantindo o controle, melhorando a gestão dos recursos públicos no serviço prestado ao cidadão.

O PDTI da Codevasf foi aprovado pela Diretoria Executiva da Codevasf por meio da Resolução nº 331, de 13 de junho de 2017, com uma vigência quadrienal, compreendendo o período de 2017 a 2020. Nesse plano, a abordagem das necessidades está composta por grandes grupos em tabelas detalhadas, descrevendo itens do plano de metas.

O PETI e o PDTI tornam-se, desta forma, instrumentos imprescindíveis e de fundamental importância para a gestão do processo de informatização da empresa. Em função da rápida evolução da tecnologia e das orientações político-estratégicas do Governo Federal, esses Planos serão revisados anualmente, em especial quanto às suas metas e plano de ação para o exercício posterior.

III. Comitê de Tecnologia da Informação (COMTI)

O Comitê de Tecnologia da Informação - COMTI foi instituído pela Decisão nº 1.771, de 13 de dezembro de 2012, e possui Regimento próprio aprovado por meio da Resolução nº 123, de 06 de março de 2017. Organizacionalmente, o Comitê de TI foi criado para exercer papel estratégico, com autonomia para direcionar as principais decisões de TI da Empresa

IV. Sistemas de Informação da Codevasf

O desenvolvimento de software é realizado pelos profissionais do quadro da empresa que executam todas as atividades do ciclo de vida do processo. Em 2017, não ocorreram despesas com o desenvolvimento e aquisições de sistemas de informação.

A Empresa mantém 27 sistemas de informação em produção ou em desenvolvimento, que permitem o adequado funcionamento das atividades, principalmente das áreas de suporte.

V. Projetos de TI desenvolvidos no exercício.

No exercício de 2017 foram empregados R\$ 4,6 milhões (valores pagos) na execução de 45 (quarenta e cinco) projetos de TI, destacando os seguintes:

- Implantação do Comitê de Tecnologia da Informação-COMTI na Codevasf;
- Disponibilização de hardware e software atualizados tecnologicamente suficientes para sustentar as atividades profissionais dos usuários de TI;
- Elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI da Codevasf;
- Manutenção da infraestrutura de rede (software, servidores, armazenamento e comunicação) em capacidade para sustentar com qualidade as necessidades dos serviços de TI da Codevasf; e
- Aperfeiçoamento dos Sistemas de Controle de Contratos e Convênios (SIGEC), Sistema de Finanças (SICOB), do módulo de Progressão por Mérito do Sistema de Gestão de Pessoas (SGRH-PM), Sistema de Gestão Orçamentária, Sistema de Administração Fundiária (SIGESF).

8 Funções Corporativas

8.1 Responsabilidade Social

A Codevasf, atenta à sua missão de “*Desenvolver Bacias Hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais*”, tem buscado executar projetos que resultem em mudanças econômicas e sociais na sua área de atuação, a exemplo do Projeto Amanhã, criado em 1993, pela Codevasf, que tem por objetivo principal promover a inserção de jovens de 14 a 26 anos, por meio da capacitação para o trabalho e da organização cooperativa. No exercício de 2017, foram capacitados 329 jovens em diversos cursos, gerando oportunidades de melhoria na sua qualidade de vida.

Os Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura e as unidades demonstrativas de Aquicultura da Codevasf tornaram-se referência em atividades como pesquisa e reprodução de peixes para repovoamento do Rio São Francisco e fomento à aquicultura como forma de inclusão produtiva de ribeirinhos e pequenos produtores. No ano de 2017, apesar da liberação de recursos ter sido realizada a partir do mês de agosto, foram produzidos 8,1 milhões de alevinos e foram realizadas 27 ações de peixamento.

➔ Política de Segurança do Trabalho

A CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes é uma ferramenta criada para prevenir acidentes e doenças ocupacionais causadas pelo trabalho. Foi criada a partir de uma recomendação da OIT (Organização Mundial do Trabalho) em 1921 e é obrigatória no Brasil desde 1944, onde é regulada pelo artigo 163 da CLT e pela NR 5.

A CIPA/Codevasf atua de modo a proporcionar segurança, saúde e bem-estar aos funcionários da Codevasf realizando todas as campanhas de prevenção recomendadas pelo Governo Federal e Órgãos Internacionais.

Em 2017, foram realizados os eventos de Prevenção do Câncer de Mama, Câncer de Próstata, Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis, além da campanha “Carnaval Seguro” com a distribuição de preservativos masculinos e femininos. Além dos eventos realizados, apoiou o “Agosto Dourado-Aleitamento Materno”.

Está previsto para o ano de 2018, a promoção de mais eventos como: SIPAT- Semana Interna de Prevenção de Acidentes, “Dia da Doação de Sangue”, a comemoração do “Dia Internacional da Mulher”, e a conclusão do Mapa de Risco.

Junto com a Gerência de Material e Patrimônio está em andamento ações para adequar o prédio da empresa as Normas de Segurança vigentes.

8.2 Gestão Ambiental e Sustentável

O quadro a seguir, denominado Gestão Ambiental, está organizado de forma a se obter panorama geral sobre a adesão da Codevasf as práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, principalmente no que diz respeito a licitações sustentáveis na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

Quadro 5-- Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
01	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
02	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
03	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
04	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
05	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
06	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
07	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado. http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/acoes-ambientais-1/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-pls-1		-
08	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	X	
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados. http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/acoes-ambientais-1/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-pls-1		1ª Relatório 2016/2017 Disponível.-

Fonte: Relatório da Gerência de Meio Ambiente - AR/GMA

Considerações Gerais



Em consonância com as orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP dispostas no Decreto nº 7.746/2012 e na Instrução Normativa nº 10/2012 e com a missão institucional da Codevasf, a Empresa, por meio da Comissão de Implantação do Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS, realizou a primeira avaliação a partir da implementação das ações constantes no plano e encontra-se na elaboração do 2ª Relatório 2017/2018, tendo como “marco zero” o ano de 2015, utilizando como referencial o

cronograma de iniciativas, definidos por cada tema abordado, conforme sugerido no art. 8º, da IN nº 10/2012.

Visando padronizar e regulamentar os procedimentos de trabalho, estabelecendo diretrizes gerais para composição e funcionamento da citada Comissão, foi elaborado e aprovado o Regimento Interno da Comissão de Implantação do PLS, por meio da Decisão nº 673/2016, disponível em: http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/acoes-ambientais-1/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-pls-1.

Para alcançar os objetivos e metas contidas no PLS, além dos dirigentes, dos empregados e dos colaboradores adotarem conceitos e práticas sustentáveis aplicáveis nas suas ações do seu dia-a-dia no ambiente de trabalho, a Codevasf constituiu mais 2 (duas) comissões de sustentabilidade para integrar essas práticas: a Comissão de Gestão de Resíduos instituída na Empresa por meio da Decisão nº 804, de 15 de junho de 2016 e a Comissão de Implantação da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P instituída na empresa por meio da Decisão nº 1494/2016, de 17 de outubro de 2016, e por meio da Resolução Regional nº 152, de 21 de junho de 2017.



Encontram-se nos procedimentos finais de elaboração os PLS's da 1ª e 5ª Superintendências Regionais, e o PLS da 2ª Superintendência Regional, aprovado por meio da Resolução Regional nº 152/2017, homologado, publicado e encaminhado à Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP, conforme previsto no PLS-Codevasf/Sede, e disponível em: http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoes/acoes-ambientais-1/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-pls-1.

Uma iniciativa importante da Codevasf, por meio da Comissão de Implantação do PLS, foi a implantação e inauguração da "Sala de Apoio à Amamentação" na Unidade de Benefícios e Saúde Ocupacional, na Sede da empresa.

A Sala, considerada pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Saúde do DF como referência e exemplo para outras empresas, visa incentivar o aleitamento materno, afinal, é um espaço no qual as mães ordenharão o leite, durante o horário de trabalho, para ofertá-lo aos seus bebês, assim que chegarem em casa e o excedente doarem ao Banco de Leite Humano do Hospital Regional da Asa Norte - BLH HRAN, parceiro desde 2008. A sala de apoio à amamentação também poderá ser utilizada por visitantes.

Durante a inauguração da Sala, o Ministério da Saúde (MS) concedeu uma placa que a certifica e a reconhece como local que protege, promove e apoia o aleitamento materno para a mulher trabalhadora. Como divulgação da Sala de Apoio à Amamentação a equipe de Comunicação da empresa produziu especialmente um vídeo disponível no link: http://www.codevasf.gov.br/videos/index_html?video=sala-de-apoio-a-amamentacao&ano=2012.

A prática do aleitamento materno é extremamente importante para manter o vínculo mãe e filho, assim, a empresa apoia: #todosjuntospelaamamentação e #AgostoDourado,. Inclusive, em agosto/2017, a Empresa disponibilizou à Secretaria de Saúde do DF - SES/DF o auditório Avelino Costa Longa para a realização do II Seminário de Aleitamento Materno de Brasília, quando recebeu a certificação de parceira do “Agosto Dourado”.

Outro fato de grande relevância foi a visita da delegação chinesa à Sala de Apoio a Amamentação da Codevasf, em novembro/2017, composta por sete técnicos chineses e cinco técnicos representantes do MS e da SES/DF.

8.3 Recursos Humanos

O quadro de pessoal da Codevasf foi fixado por meio da Portaria nº 17/2015, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, atual Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, no quantitativo de 1.773 empregados.

Quadro 6 - Informações de recursos humanos – 2016/2017

Força de Trabalho da Codevasf	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Número de Empregados no Término do Exercício		
Empregados de Carreira	1.721	1.708
Empregados Nomeados para Cargos em Comissão	33	32
Presidente e Diretores s/ vínculo nomeado pela Presidência da República	3	4
Total	1.757	1.744
Turnover		
Quadro de Pessoal ao Final do Exercício	1.757	1.744
Quantidade de Empregados Desligados ao Final do Exercício	50	28
Total	2,85%	1,60%
Distribuição Segundo a Localização Geográfica		
Sede - Brasília/DF	468	434
1ª Superintendência Regional – Montes Claros/MG	193	191
2ª Superintendência Regional - Bom Jesus da Lapa/BA	150	147
3ª Superintendência Regional - Petrolina/PE	178	180
4ª Superintendência Regional - Aracaju/SE	198	206
5ª Superintendência Regional - Penedo/AL	176	174
6ª Superintendência Regional - Juazeiro/BA	160	157
7ª Superintendência Regional - Teresina/PI	104	100
8ª Superintendência Regional - São Luís/MA	34	29
Cedidos e/ou Em Afastamento	96	90
Total	1.757	1.708
Nível Educacional		
Empregados com Doutorado	12	13
Empregados com Mestrado	85	85
Empregados com Pós-Graduação	400	399
Empregados com Graduação	627	623
Empregados com Formação até Ensino Médio Completo	633	624
Total	1.757	1.744
Capacitações		
Participações em Ações de Capacitação	945	1.150
Treinamentos Realizados	206	201
Total de Empregados Capacitados	451	626
Previdência Complementar (Fundação São Francisco de Seguridade Social) ⁽²⁾		
Participantes Ativos	1.011	1.011
Participantes Assistidos (aposentados)	611	598
Participantes Assistidos (pensionistas)	253	258
Contribuição Patronal da Codevasf (patrocinadora)	R\$18,9 mi	R\$ 19,5 mi
Contribuição dos Participantes	R\$23,5 mi	R\$ 23,94 mi

Fonte: Relatórios da Área de Gestão de Pessoas- AA/GGP

⁽¹⁾ Gerência de Gestão de Pessoas – Posição de 31/12/2017

⁽²⁾ Fundação São Francisco de Seguridade Social – Posição de 31/12/2017

8.4 Relacionamento e transparência

A Codevasf, como entidade pública, presta diversos serviços à sociedade, os quais estão sujeitos a padrões de qualidade, celeridade e eficiência próprias da ordem democrática. O principal canal de acesso ao cidadão na empresa é a Ouvidoria, unidade administrativa subordinada à Presidência da Codevasf, localizada na sede da empresa, que recebe solicitações, reclamações, denúncias, bem como sugestões a respeito dos serviços prestados pela Empresa em toda sua área de atuação.

Quadro 7 – Canais de Atendimento Codevasf

Canais de Atendimento	
1) Atendimento Telefônico	Serviço de atendimento gratuito ideal para situações em que o usuário precisa de uma resposta simples e direta. Disponível de 2ª a 6ª (exceto feriados), das 08h30min às 17h30min. Para acessar este serviço, disque: 0800 610021 ou atendimento telefônico: (61) 2028-4610/4480.
2) Formulário Eletrônico	Canal adequado para a manifestação de dúvidas, reclamações, sugestões, elogios e denúncias. O acesso ao formulário: http://www.codevasf.gov.br/principal/acesso-a-informacao/ouvidoria#FORMULARIO
3) Serviço de Acesso à Informação	Desde a publicação da Lei 12.527, de novembro de 2011, o cidadão tem à sua disposição, no sítio da Codevasf, a seção denominada Acesso à Informação, em que são publicadas diversas informações sobre as atividades desempenhadas pela empresa.
4) Correspondência	Reclamações, denúncias, sugestões, solicitações ou elogios sobre os serviços prestados pela Codevasf também podem ser encaminhados por correspondência para o seguinte endereço: SGAN 601, Conjunto I, sala 420, Ed. Manoel Novaes Brasília/DF - CEP: 70.830-019 A resposta da Ouvidoria poderá ser remetida nas seguintes formas: 1. Endereço postal fornecido; 2. Endereço de correio eletrônico (e-mail).
5) Atendimento Presencial	O cidadão poderá agendar uma conversa pessoal com a Ouvidora da Codevasf, em Brasília. Para tanto, é necessário ligar para 0800 610021 de 2ª a 6ª feira (exceto feriados), das 08h30min às 17h30min, informar nome completo, número de telefone ou endereço de correio eletrônico (e-mail).
6) Caixa de Comunicação (Urna)	Também poderão se manifestar por meio da Caixa de Comunicação instalada na entrada do edifício Sede: SGAN 601, Conjunto I, térreo, Ed. Manoel Novaes Brasília/DF - CEP: 70.830-019

No exercício de 2017, foram registradas pela Ouvidoria 648 ocorrências distribuídas entre as tipologias do quadro abaixo, incluindo 110 requerimentos de informação respondidos no prazo médio de 9,17 dias, cabendo 9 recursos ao chefe imediato e 1 recurso à autoridade máxima em 2ª instância.

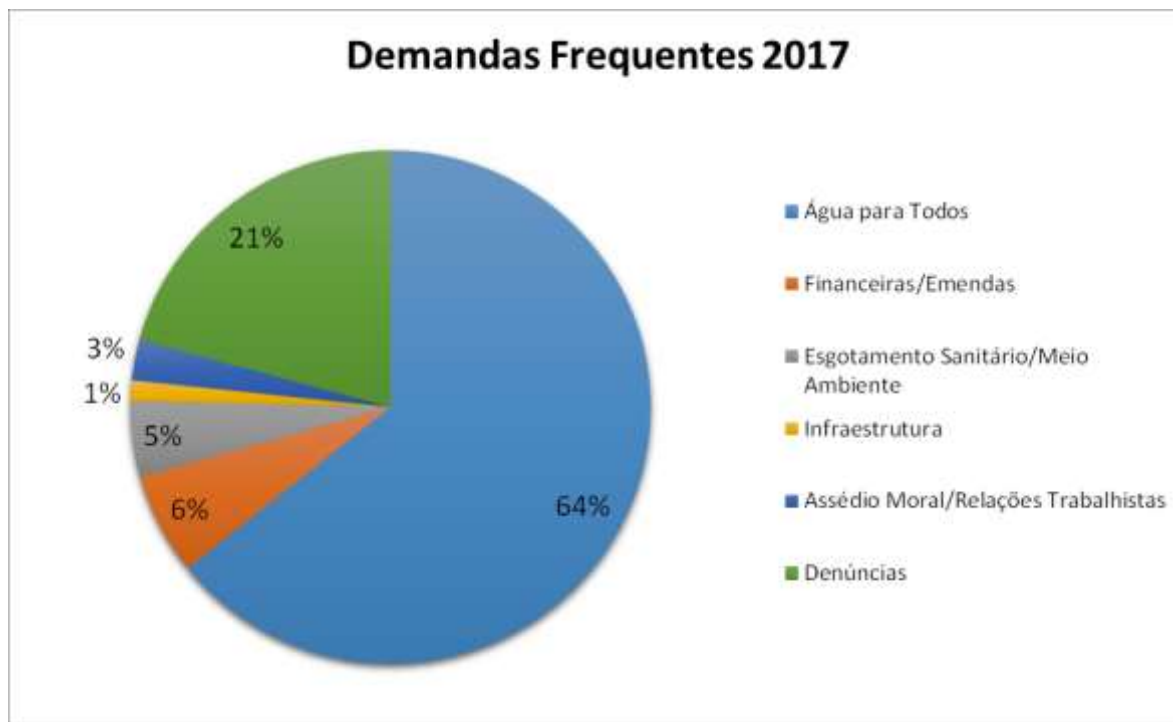
Cabe destacar que as demandas se concentram nos temas de Governo/Política, representando mais de 65,45 % das solicitações.

Tabela 4 -Demandas recepcionadas – Comparativo 2016/2017

Tipo de Demanda	Quantidade Anual 2016	Quantidade Anual 2017
1. Pedido de Informação	73	110
2. Reclamação	32	15
3. Solicitação	150	201
4. Elogio	1	0
5. Sugestão	5	3
6. Denúncia	35	65
7. Outras Situações*	343	254
Total Anual	639	648

Fonte: Relatório da Ouvidoria (Extração em 31/12/2017)

Gráfico8 - Demandas frequentes em 2017



Fonte: Relatório da Ouvidoria (Extração em 31/12/2017)

8.5 Carta de Serviços ao Cidadão

A **Carta de Serviços ao Cidadão** é um importante instrumento de gestão que visa promover a implementação de políticas administrativas destinadas a aperfeiçoar as atividades desenvolvidas e os serviços prestados ao cidadão e tem como objetivo informar os serviços prestados pela Empresa, a forma como acessá-los e os compromissos e padrões de qualidade e de atendimento ao público. A Carta foi publicada no site da Codevasf (<http://www.codevasf.gov.br/documentosdiversos/cartadeservicosaocidadao.pdf/download>), em novembro de 2016.

9 Prêmios e Reconhecimentos

Codevasf ganha certificação por boas práticas na gestão de recursos hídricos



O diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, conferiu à Codevasf o Certificado de Participação no Prêmio ANA 2017, em sua sexta edição. O projeto Recuperação de Áreas Degradadas Susceptíveis à Desertificação do Norte de Minas Gerais concorreu na categoria Governo e apesar de não ter sido vencedor, ganhou o certificado de reconhecimento de sua contribuição para o fortalecimento das boas práticas na gestão dos recursos hídricos.

Promovida pela ANA com patrocínio da Caixa Econômica Federal, a premiação busca reconhecer o mérito de iniciativas que contribuam para a gestão e o uso sustentável dos recursos hídricos no Brasil, promovendo o combate à poluição e ao desperdício. Além disso, o Prêmio ANA dá destaque a trabalhos que apontem caminhos para assegurar água de boa qualidade e em quantidade suficiente para os brasileiros. A Rede Brasil de Organismos de Bacia (REBOB) apoiou o evento.

Fonte: Assessoria de Comunicação da Codevasf – PR/ACP

10 Perspectivas e Planos para o Exercício em Curso e os Futuros

10.1 Diretrizes Gerais e Perspectivas Futuras

Diretrizes são postulados que orientam a organização a estabelecer o foco de atuação no alcance da sua estratégia. A Codevasf busca promover seu desenvolvimento institucional sustentável aprimorando o nível dos serviços prestados à sociedade.

As diretrizes do Planejamento Estratégico Institucional estabelecem direcionamentos objetivando sanar problemas e dificuldades conhecidas, vivenciadas pela empresa na execução de sua missão corporativa:

- Promover a excelência na governança e gestão organizacional com base na economicidade, eficácia, eficiência e efetividade.
- Priorizar a alocação de recursos em regiões prioritárias definidas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
- Elevar a arrecadação de receita própria a partir da prestação de serviços técnicos especializados.
- Promover a geração contínua de informações qualificadas para orientar estratégias de desenvolvimento regional sustentável e contribuir para as políticas públicas.
- Incentivar a atração de investimentos privados como instrumento de viabilização de empreendimentos.
- Liderar o processo de articulação institucional para o desenvolvimento das regiões onde atua.
- Implementar empreendimentos e apoiar ações com foco na competitividade e autos-sustentabilidade.
- Atuar de forma alinhada com planos de desenvolvimento regional integrados e de recursos hídricos das bacias hidrográficas.

10.2 Lei Orçamentária Anual – LOA 2018

A Companhia é mantida pelo orçamento da união, assim a execução e atingimento das metas estabelecidas depende da aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA. O orçamento previsto para 2018 apresentou um acréscimo de 29% em comparação a 2017, entretanto, ainda pode vir a sofrer cortes e contingenciamento como vem ocorrendo nos últimos anos.

Quadro 8 - comparativo valores LOA 2017 e LOA 2018

Em R\$ Milhões

Programa	2017	2018	Diferença em relação a 2017
0901 - OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS	8,5	9,5	12%
2029 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	458,3	361,2	-21%
2044 - PROMOCAO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE	0,2	0,4	140%
2052 - PESCA E AQUICULTURA	5,4	4,9	-9%
2068 - SANEAMENTO BASICO	58,7	67,4	15%
2069 - SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	2,7		-100%
2077 - AGROPECUARIA SUSTENTAVEL	111,1	142,6	28%
2084 - RECURSOS HIDRICOS	104,0	481,7	363%
2111 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INTEGRACAO	470,9	505,4	7%
Total	1.219,8	1.573,1	29%

Fonte: Tesouro Gerencial – 31/12/2017

10.3 Plano Anual de Negócios PAN 2018

O Plano Anual de Negócios - PAN é o desdobramento nos níveis tático e operacional das iniciativas e ações idealizadas no Plano Estratégico Institucionais - PEI. Seu objetivo principal é fornecer direcionamento comum para atingir a missão do órgão, garantindo alinhamento e oferecendo meios para medição do sucesso da estratégia de modo focado.

O PAN conecta a estratégia de longo prazo com o planejamento tático e com os planos operativos setoriais. Diante das rápidas e constantes mudanças vivenciadas por cenários empresariais, a preocupação com as ações a serem executadas em exercícios fiscais torna-se fundamental para demonstrar as vantagens e melhorias que o órgão público está trazendo para a sociedade a cada ano.

Na elaboração do PAN 2018 foram priorizados os projetos que:

- Constam no Projeto de Lei Orçamentária Anual -- PLOA 2018.
- Contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos da empresa.
- Atendam a diretrizes iniciais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (projetos que serão concluídos em 2018, o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF e projetos que promovam a Revitalização das Bacias Hidrográficas).
- São necessários sua manutenção para atendimento às demandas apresentadas pela sociedade.

Quadro 7 – Resumo do PAN 2018 por perspectiva do PEI

Perspectiva	Quant. de Projetos	Meta orçamentária anual (R\$)	Meta financeira anual (R\$)
Processos de Negócio	117	390.842.561,33	531.010.395,21
Desenvolvimento Institucional	51	6.299.643,40	9.095.693,40
Sociedade	5	0	0
Orçamentária e Financeira	5	0	0
Total Geral	178	397.142.204,73	540.106.088,61

Fonte: Gerência de Planejamento e Estudos Estratégicos

11 Auditores Independentes

A Codevasf teve como Auditor Independente a Empresa Grupo Maciel – Auditoria, Consultoria, Perícia e Assessoria, com registro no CRC RS sob nº 005460/0-O. O objeto do contrato foi o exame das Demonstrações Financeiras da Companhia dos exercícios 2012 a 2017 e o assessoramento sobre as alterações da Lei nº 6.404/1976, no valor atualizado de R\$ 35.000,00.

Em cumprimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/03, informamos que, no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, os auditores independentes da Companhia exerceram tão somente os serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços.

12 Análise das demonstrações financeiras

A Codevasf registrou prejuízo de R\$ 641,23 milhões no exercício 2017, o que representa um aumento de aproximadamente 23% em comparação ao exercício anterior, em função, principalmente, do aumento na rubrica “Outras Despesas”, que envolve despesas com transferências voluntárias, desincorporação de ativos, provisões para passivos contingentes e indenizações. Em relação a receita operacional bruta, houve aumento em 22,61%, no exercício 2017, em função da Codevasf ter tido seu faturamento realizado durante os 12 (doze) meses, entretanto, insuficiente para que a empresa não apresentasse prejuízo no exercício.

Cumprir destacar que, por determinação da Presidência da Codevasf, houve o reexame das demonstrações financeiras do exercício 2016, efetuado por Auditoria Independente, tendo como foco a

Receita Operacional Bruta - ROB. Essa determinação foi comunicada aos Órgãos de Controle, por meio do Ofício nº 674/2017-PR/GB. A nova avaliação resultou na alteração da ROB passando de R\$ 127,92 milhões para R\$ 55,40 milhões. A Empresa, por meio da Resolução nº 031/2018, acatou os resultados e determinou a republicação das demonstrações.

Quadro 9 - Indicadores contábeis - Exercício 2017/2016

	R\$ milhões		
Resultados	2017	2016	(Var %) 2017/2016
Receita Operacional Bruta	67,93	55,40	22,61%
Receita Operacional Líquida	67,51	42,75	57,92%
Lucro Bruto	67,51	42,75	57,92%
Despesas Operacionais	-1.290	-1.024	25,98%
Outras Receitas Operacionais	581	461	26,00%
Resultado Operacional	-641,23	-519,92	23,33%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-641,23	-519,92	23,33%
Margens (%)			
Margem Bruta	99,38%	77,16%	-22,36%
Margem Líquida	-949,90%	-1216,27%	-21,90%
Indicadores Financeiros (R\$ milhões)			
Ativo total	1.423,40	2.142,47	-33,56%
Passivo Exigível + Realizável	2.858,72	4.631,24	-38,27%
Patrimônio líquido	-1.435,32	-2.488,77	-42,33%
Indicadores de produtividade			
Funcionários (nº)	1.744	1.769	-1,41%
Lucro Líquido por funcionário (R\$ mil)	-367,68	-293,91	25,10%
Ativo por funcionário (R\$ mil)	816,17	1.211,12	-32,61%

Fonte: Relatórios de Demonstrações Contábeis – 31/12/2017 (AA/GCB)

13 Agradecimentos

Diante das conquistas alcançadas em 2017, a Administração da Empresa agradece especialmente a todos os empregados, cuja dedicação foi determinante na consolidação da Codevasf como indutora do desenvolvimento regional sustentável. Também agradecemos aos dirigentes e técnicos das instituições parceiras, em especial aos do Ministério da Integração Nacional, pela confiança depositada na Companhia.

A trajetória de sucesso que vem sendo trilhada pela Codevasf é decorrente da união de esforços e da crença de que nossas ações contribuem para o desenvolvimento socioeconômico das regiões mais necessitadas, no sentido de convergir com as diretrizes da Constituição Federal: erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Copyright© 2017, Codevasf

Permitida a reprodução, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte e o sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original.

Disponível em: <http://www2.codevasf.gov.br/empresa/relatorio-anual-da-administracao>

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf

SGAN - Quadra 601, Conjunto I, Asa Norte

Edifício Deputado Manoel Novaes

CEP: 70.830-019 - Brasília - DF

Telefone: (61) 2028-4611 / 4640

Fax: (61) 2028-4726

www.codevasf.gov.br

Ouvidoria da Codevasf: (61) 2028-4610

e-mail: ouvidoria@codevasf.gov.br

Responsável pela coordenação

Daniel Pereira Costa

Gerente de Planejamento e Estudos Estratégicos:

Equipe técnica

Carla Roberta Alves dos Santos

Fernando de Oliveira

Margareth Viana

Normalização: Biblioteca Geraldo Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C737r

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.
Relatório de Administração 2017 / Companhia de Desenvolvimento dos Vales
do São Francisco e do Parnaíba. – Brasília : Codevasf, 2018.
42 p. : il.

1. Relatório de administração 2. Codevasf. I. Título.

CDU 005"2018"(047.32)

Biblioteca Geraldo Rocha

Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro de Estado da Integração Nacional

Helder Zahluth Barbalho

CODEVASF**Conselho de Administração****Presidente**

Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto – Representante MI

ConselheirosAntônio Avelino Rocha Neiva – Presidente da *Codevasf*Simião Estelita Sá de Oliveira – *Representante MP*Herbert Drummond - *Representante MT*Ana Arminda Souza Regis – *Representante MAPA*Domingos Romeu Andreatta – *Representante MME*Maria da Conceição da Silva – *Representante dos Empregados***Conselho Fiscal***Irani Braga Ramos (Suplente) - Representante do MI**Fernanda Barbosa Garcia (Titular) – Representante do MI**Lilian Maria Cordeiro (Titular) – Representante STN/MF**Cristiano Beneduzi (Suplente) – Representante do STN/MF***Diretoria****Presidente**

Antônio Avelino Rocha de Neiva

Diretores**Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura**

Marco Aurélio Ayres Diniz

Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação

Luís Napoleão Casado Arnaud Neto

Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas

Inaldo Pereira Guerra Neto

Gerentes-Executivos**Gerente-Executivo da Área de Gestão Administrativa e Suporte Logístico**

Plácido Cardoso de Melo Junior

Gerente-Executivo da Área de Gestão Estratégica

Maria Clara Netto Oliveira

Superintendentes Regionais

Aldimar Rodrigues Filho 1ª SR (MG)

Harley Xavier Nascimento 2ª SR (BA)

Aurivalter Cordeiro Pereira da Silva 3ª SR (PE)

Cesar Fonseca Mandarin 4ª SR (SE)

Antônio Néelson Oliveira de Azevedo 5ª SR (AL)

Elmo Aluizio Vieira Nascimento 6ª SR (BA)

Fábio André Freire Miranda 7ª SR (PI)

João Francisco Jones Forte Braga 8ª SR (MA)